

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARINA SOARES SCOMAZZON

**PRESENÇA ESTRANGEIRA E MIGRAÇÃO:
OS EFEITOS NÃO ESPERADOS DA ATUAÇÃO DO BRASIL NO HAITI (2004-2015)**

Porto Alegre

2015

MARINA SOARES SCOMAZZON

**PRESENÇA ESTRANGEIRA E MIGRAÇÃO:
OS EFEITOS NÃO ESPERADOS DA ATUAÇÃO DO BRASIL NO HAITI (2004-2015)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de O. de Castro

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Scomazzon, Marina Soares

Presença estrangeira e migração : os efeitos não esperados da atuação do Brasil no Haiti (2004-2015) / Marina Soares Scomazzon. -- 2015.

80 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Migração: Brasil - Haiti. 2. Presença estrangeira. 3. Relações Internacionais. I. Castro, Henrique Carlos de Oliveira de, orient. II. Título.

MARINA SOARES SCOMAZZON

**PRESENÇA ESTRANGEIRA E MIGRAÇÃO:
OS EFEITOS NÃO ESPERADOS DA ATUAÇÃO DO BRASIL NO HAITI (2004-2015)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 02 de Dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de O. de Castro. – Orientador
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Ranincheski
UFRGS

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann
UFRGS

AGRADECIMENTOS

A esta Universidade que me possibilitou estes cinco anos de estudo, aprendizado e crescimento. Agradeço especialmente a Henrique Carlos de Castro, meu orientador, pelo apoio, confiança e dedicação. Obrigada por acreditar na minha proposta e no meu potencial, por respeitar meu espaço de construção de conhecimento e incentivar minhas capacidades e meu aprendizado.

Aos meus pais, Lúcia e Ângelo, meus maiores incentivadores durante todos os momentos da minha formação. Obrigada pela paciência e por confiarem na minha capacidade quando eu não soube fazer isso. Amo muito vocês. Agradeço à minha família pelo aprendizado constante: com vocês aprendi a ver o mundo além da porta de casa e agir para tentar botar em prática o que acredito. Vocês são e sempre foram meu maior estímulo.

Ao Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE/SAJU) pela oportunidade de trabalhar junto a pessoas tão incríveis. Obrigada por me mostrarem o real significado de parceria, dedicação e de trabalho em grupo. Esses últimos quatro anos têm sido de intenso crescimento pessoal e profissional. Vocês fazem parte deste trabalho: em cada página está um pouco daquilo que aprendi e construí com o grupo.

Às queridas Mariele Christ, Laís Trizotto, Patrícia Grechi, Angela Brandalise e Francine Ferraro, pessoas especiais que trilharam esse caminho ao meu lado e fizeram minha trajetória dentro da Universidade ter mais sentido, ser mais leve e mais completa. Agradeço à Luísa Bernardi Borba, Ana Sofia Lima e Estefânia Young pela paciência, pelos ouvidos e ombros amigos, e pelas risadas quando precisei descontrair: amo vocês. Ao Lucas, que foi uma descoberta recente, mas que já se mostrou um companheiro em todo o sentido da palavra: obrigada pelo carinho e apoio durante este processo.

A todas as mulheres com as quais cruzei durante essa caminhada, que me ajudaram a mudar minha visão do mundo e que me mostraram que precisamos sim lutar por igualdade. Obrigada pela força de vocês.

Agradeço, finalmente, aos que serviram de inspiração a este trabalho: todos os migrantes que vieram fazer do Brasil um país melhor. Porque acredito no direito de migrar.

We asked for workers. We got people instead.

Max Frisch

Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refugio da terra.

Hannah Arendt

RESUMO

A mobilidade humana internacional tem sido evidenciada na conjuntura brasileira atual com a chegada de imigrantes haitianos. Apesar de ainda ser um campo de estudo relativamente novo dentro da área de Relações Internacionais (RI), acredita-se que é um objeto estratégico para a disciplina no século XXI. Dada sua natureza, importa entender as motivações, os condicionantes e os fatores que o influenciam, visando políticas mais adequadas nacional e regionalmente. Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender qual o impacto da presença brasileira no Haiti e sua influência para a constituição do fluxo migratório dos nacionais daquele país ao Brasil. Trabalha-se, portanto, com duas hipóteses. A primeira entende que a presença brasileira no Haiti teve influência para a vinda de migrantes ao Brasil, e a segunda aponta para o papel fundamental das redes sociais para a escolha do Brasil como destino migratório. A metodologia utilizada partiu de uma revisão bibliográfica para instrumentalizar uma pesquisa de campo qualitativa através de entrevistas em profundidade com imigrantes haitianos. Ao final confirmam-se as duas hipóteses que sustentam o trabalho, evidenciando a influência da presença brasileira para a constituição do fluxo migratório haitiano ao Brasil e o caráter decisivo das redes sociais neste processo. Espera-se, assim, contribuir para realçar a importância do estudo dos movimentos populacionais internacionais para o campo das RI e contribuir para o debate na área.

Palavras-chave: Migração. Brasil. Haiti. Presença estrangeira. Relações Internacionais.

ABSTRACT

The international human mobility has been highlighted in the current Brazilian context with the arrival of Haitian immigrants. Even though this is still a new field of study in International Relations (RI), it is believed that it is a strategic object to the discipline in the XXI century. Given its nature, it is important to understand the motivations, conditions and factors that has influence on it, aiming at more appropriate national and regional policies. Therefore, the main object of this research is to understand the impact of the Brazilian presence in Haiti and its influence on the establishing of a migratory flow of nationals from that country to Brazil. Thus, the study works with two hypothesis. The first one understands that the Brazilian presence in Haiti has influence on the migration to Brazil and the second points to the importat role played by the networks to the choice of Brazil as a migration destination. The applied methodology begins with a literature review to orchestrate later a qualitative field research through in depth interviews with Haitian migrants. At the end, the two hypothesis that support the work are confirmed, showing the influence of Brazilian presence for the establishment of the Haitian migration to Brazil and the decisive character of the networks in this process. It is expected, therefore, to contribute in highlighting the importance of studying the international populational movements to the International Relations field and add to the debate in the area.

Keywords: Migration. Brazil. Haiti. Foreign presence. International Relations.

RESUMEN

La movilidad humana internacional ha sido puesta en evidencia en la conyuntura brasileña actual con la llegada de los inmigrantes haitianos. A pesar de todavía ser un campo de estudio relativamente nuevo dentro del área de Relaciones Internacionales (RI), se cree que es un objeto estratégico para la disciplina en el siglo XXI. Debido a su carácter, importa entender sus motivaciones, los condicionantes y los factores que la influyen, mirando políticas más adecuadas nacional e regionalmente. Así, el presente trabajo tiene como objetivo principal comprender cual fue el impacto de la presencia brasileña en Haití y su influencia para la constitución del flujo migratorio de sus nacionales a Brasil. Se está trabajando con dos hipótesis. La primera entiende que la presencia brasileña en Haití tuvo influencia para la migración de haitianos a Brasil, mientras que la segunda indica que las redes sociales tienen un papel fundamental para la elección de Brasil como destino migratorio. La metodología empleada parte de una revisión bibliográfica para instrumentalizar una investigación de campo cualitativa a través de entrevistas en profundidad con inmigrantes haitianos. Al final se confirman las dos hipótesis en las cuales se basa el trabajo, poniendo en evidencia la influencia de la presencia brasileña para la formación del flujo migratorio haitiano a Brasil y el carácter decisivo de las redes sociales en el proceso. Así se espera destacar la importancia del estudio de los movimientos poblacionales internacionales para el campo de las RI y contribuir para el debate en el área.

Palabras-clave: Migración. Brasil. Haití. Presencia Estranjera. Relaciones Internacionales.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	– Agência Brasileira de Cooperação
ACNUR	– Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AGONU	– Assembleia Geral da ONU
Cia E F Paz Haiti	– Companhia de Engenharia de Força de Paz
CNIg	– Conselho Nacional de Imigração CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados
CSONU	– Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTPD	– Cooperação Técnica de Países em Desenvolvimento
FPNA	– Fundo de Populações das Nações Unidas
GAIRE	– Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados
IBAS	– Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MHAVE	– Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior
MINUSTAH	– Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
OEA	– Organização dos Estados Americanos
OIM	– Organização Internacional para as Migrações
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
ONU	– Organização das Nações Unidas
PL	– Projeto de Lei
PNH	– Polícia Nacional Haitiana
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RN	– Resolução Normativa
SAJU	– Serviço de Assessoria Jurídica Universitária
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A MOBILIDADE HUMANA INTERNACIONAL: POR QUE IMPORTA?	14
2.1	PRINCIPAIS TEORIAS DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL.....	14
2.2	AS DIFERENTES FORMAS DE MOBILIDADE HUMANA	19
2.3	O ESTADO E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	22
2.4	PANORAMA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS PARA O BRASIL.....	24
3	O ESTADO BRASILEIRO NO HAITI	29
3.1	HAITI: POBREZA E INTERVENÇÃO EXTERNA.....	29
3.2	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O HAITI E SEUS EFEITOS	33
3.2.1	MINUSTAH	38
3.2.2	Cooperação Técnica Brasil-Haiti.....	42
4	OS EFEITOS NÃO ESPERADOS: A MIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL	47
4.1	O ESTADO BRASILEIRO E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.....	47
4.2	POR QUE O BRASIL?.....	57
5	CONCLUSÃO.....	65
	REFERÊNCIAS.....	71
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE ...	79
	APÊNDICE B – QUADRO PARA ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE.....	80

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia de Relações Internacionais (RI) trata da presença do Estado brasileiro no Haiti e sua influência no surgimento do fluxo migratório haitiano para o país. O objetivo deste estudo consiste, então, em entender o papel do Estado brasileiro para a configuração da migração haitiana ao seu território, através da análise de caso. Espera-se contribuir para o debate sobre mobilidade humana dentro da área de Relações Internacionais, evidenciando a importância da discussão neste âmbito, principalmente para o Brasil. Para tanto, a pesquisa foi baseada em duas hipóteses:

- a) a presença brasileira no Haiti teve influência para a vinda de imigrantes ao Brasil;
- b) as redes sociais exerceram papel fundamental para a escolha do Brasil como destino migratório.

A presente pesquisa foi motivada primeiramente pelo trabalho que realizo há quatro anos com a temática da mobilidade humana no Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE)¹. A partir desta experiência tive a oportunidade de entrar em contato direto com migrantes, órgãos da sociedade civil e instituições públicas que atuam na área, o que me aproximou da realidade migratória brasileira na prática. Deste modo, aprofundar meu conhecimento sobre mobilidade humana internacional pareceu pertinente para minha trajetória acadêmica.

Em segundo lugar, moveu-me a necessidade de estudar o processo migratório dentro do curso de RI, pois durante a graduação o contato com a temática foi escasso. Entendi que seria fundamental à minha formação aliar meus conhecimentos práticos advindos da atuação no GAIRE aos conhecimentos teóricos sobre migrações dos quais sentia falta. Contribuir para o fomento deste debate dentro da Universidade pareceu-me, portanto, essencial.

¹ O Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE) é um dos grupos do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), projeto de extensão dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O grupo presta serviço de assessoria jurídica e psico-social para imigrantes e refugiados, trabalha pela divulgação da temática de imigração e refúgio dentro da Universidade e da sociedade e também atua junto ao poder público para a discussão e construção de novas políticas públicas na área de migração no Brasil. Para maiores informações, acessar: <http://www.facebook.com/gaire.ufrgs>.

O interesse específico pelo caso haitiano igualmente deriva desta vivência no GAIRE, pois foi a partir da criação de um projeto do grupo no ano de 2014 que tive maior contato com a realidade haitiana. O projeto de Oficinas de Integração no Bairro Rubem Berta em Porto Alegre fez surgir a curiosidade acerca das causas da vinda destes imigrantes ao Brasil, de sua história e do seu país. Assim, nasce a ideia de aliar o tema de migrações às RI através de um estudo de caso: o fluxo migratório haitiano.

Ademais, a mobilidade humana tem sido, nos últimos anos, tema de intenso debate no âmbito internacional. Este campo de estudos é, contudo, recente dentro da área de RI, uma vez que foi após o fim do período de divisão leste-oeste e a quebra do equilíbrio bipolar que se verificou uma renovação da disciplina, através de enfoques “mais abaixo”, que buscam compreender as sociedades e suas diferenças, bem como novos objetos econômicos e culturais, que se associam às temáticas de estudos estratégicos (WENDEN, 2013).

O que explicaria esta inserção da temática de migração dentro do campo de estudo das RI é a sua passagem de objeto interno à sociedade a um objeto de estudo internacional (WENDEN, 2013). Esta realidade se dá a partir da percepção de que o Estado-nação estaria em um momento de crise frente aos impactos da globalização e, com ela, do transnacionalismo e da ampliação dos fluxos migratórios, que se subdividem em novas categorias (WENDEN, 2013). Segundo Reis (2011), as migrações internacionais são um tema estratégico das RI do século XXI, pois a mobilidade humana só aumentará, uma vez que é uma característica do mundo contemporâneo. Dessarte, “[...] a administração das tensões e dos conflitos que surgem a partir dessa circulação se coloca como uma das grandes questões políticas do nosso tempo.” (REIS, 2011, p. 61-62).

À vista disso, considerou-se importante cooperar com o debate dentro da área de RI, produzindo um trabalho sobre um caso prático que incentivasse a reflexão acerca das migrações internacionais e das RI atualmente. Entendeu-se ser necessário impulsionar a discussão da atuação do Brasil no Haiti, assim como de quaisquer outras missões de paz das quais participe, uma vez que deve-se constantemente refletir sobre as consequências geradas por estas iniciativas, seus desdobramentos e os efeitos causados, principalmente no que tange o país no qual se realiza a intervenção.

Por serem complexas e multifacetadas, as migrações internacionais não possuem uma teoria que, sozinha, as explique integralmente (MASSEY et al., 1993; RIBAS MATEOS, 2004). Ademais, por ser um tema relativamente novo nas RI, as Ciências Econômicas e as Ciências Sociais ainda são as áreas com maior tradição de pesquisa e fornecem o alicerce teórico para a maioria dos estudos. Por conseguinte, o aporte teórico do presente trabalho tem por base a perspectiva Histórico-Estrutural, “[...] ligada à análise histórica e política de corte marxista.”² (RIBAS MATEOS, 2004, p.88, tradução nossa). A utilização desta perspectiva fundamenta-se na importância de estudar os movimentos populacionais internacionais dentro de seu contexto histórico, no qual tem lugar uma dada formação social (RIBAS MATEOS, 2004). Segundo Singer (2002, p. 29), as migrações, como processo social que são, sempre são condicionadas historicamente, e formam “[...] o resultado de um processo de mudança global, do qual elas não devem ser separadas.”

Dentro do modelo Histórico-Estrutural, a Teoria de Redes provê uma perspectiva adequada para analisar o caso da imigração haitiana, já que complementa o enfoque economicista dos fatores de expulsão e atração, aprofundando a investigação para compreender como os migrantes se utilizam do capital social de que dispõem no processo migratório. Esta perspectiva fornece uma visão mais ampla do processo, entendendo-o como parte de um contexto social e histórico, no qual estas redes de informações e solidariedade entre os indivíduos diminuem os riscos, aumentando a probabilidade da mobilidade.

A pesquisa, iniciou por uma revisão bibliográfica para, posteriormente, utilizar a técnica de entrevistas em profundidade para melhor entender o objeto. Logo, partindo da revisão bibliográfica e das hipóteses levantadas pelos autores estudados acerca das possíveis causas e dos condicionantes para que o processo migratório ocorresse, construiu-se dimensões analíticas. Com base nessas dimensões, foram elaboradas perguntas que formaram um questionário não estruturado³ com seis perguntas principais e algumas adicionais. A análise dos dados provenientes das entrevistas em profundidade foi feita utilizando-se um quadro analítico⁴, no qual

² Do original: “[...] ligada al análisis histórico y político de corte marxista.” (RIBAS MATEOS, 2004, p. 88)

³ Ver Apêndice 1.

⁴ Ver Apêndice 2.

foram transcritos os resultados das entrevistas e separados de acordo com as dimensões analíticas criadas.

Assim, o presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo divide-se em quatro subseções, nas quais é traçado um panorama sobre a mobilidade internacional, buscando evidenciar a sua importância para as RI. Na primeira subseção desenvolvem-se reflexões acerca das teorias que explicam as migrações internacionais. A seguir, investigam-se as múltiplas formas de mobilidade humana, enfatizando em qual se enquadra o caso haitiano. Na terceira subseção explora-se o papel do Estado frente às migrações e, finalmente, na quarta subseção examina-se a situação do Brasil em relação aos fluxos internacionais de populações.

O segundo capítulo divide-se em duas subseções e trabalha a presença do Estado brasileiro no Haiti. Primeiramente analisa-se a relação do país caribenho com o seu longo histórico de intervenções externas, para entender como estas influenciaram seu desenvolvimento e o processo migratório da sua população. A segunda subseção, por sua vez, é dividida em três partes. Na primeira trabalha-se a política externa brasileira: suas motivações, estratégias e objetivos ao tomar parte da intervenção externa e promover ações de cooperação no Haiti. Na segunda e na terceira partes, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti – MINUSTAH e os projetos de cooperação técnica são explorados com maior profundidade, buscando compreender o modo como se estruturaram e seus desdobramentos no país.

O capítulo três ocupa-se, por fim, dos efeitos não esperados da presença brasileira no Haiti: a migração de haitianos ao Brasil. Para tanto, divide-se em duas subseções. Na primeira realiza-se a associação dos dados presentes nos capítulos anteriores, buscando entender como o Estado brasileiro atuou frente à migração haitiana e investigar se houve influência sua para a constituição do dito fluxo. Na segunda narra-se detalhadamente o processo da pesquisa de campo de cunho qualitativo, descreve-se as hipóteses levantadas pelos autores trabalhados sobre os prováveis motivos da migração haitiana ao Brasil e expõe-se os resultados das entrevistas em profundidade, verificando se estes corroboram ou não as hipóteses que sustentam o presente trabalho.

Finalmente, faz-se uma conclusão, visando esclarecer o processo de elaboração do trabalho e os seus resultados.

2 A MOBILIDADE HUMANA INTERNACIONAL: POR QUE IMPORTA?

A seguir analisa-se a mobilidade internacional e sua relevância para as Relações Internacionais, enfatizando sua importância para o Brasil. Primeiramente estuda-se as principais teorias de migração internacional e, em seguida, as diferentes formas de mobilidade. Posteriormente questiona-se sobre o papel do Estado frente às migrações e, por último, busca-se entender a dinâmica das migrações internacionais para o Brasil.

2.1 PRINCIPAIS TEORIAS DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

O tema da Migração Internacional é antigo na Academia, o que se comprova pela existência de diversos trabalhos disponíveis que buscam dar explicações aos múltiplos casos de mobilidade humana. É importante notar que a migração parece constituir-se não apenas como um fenômeno, mas sim como um processo complexo, multidimensional e que envolve uma série de variáveis, dificilmente analisado de um só prisma (SCOMAZZON; GRECHI, 2015). Deste modo, esta área de estudo não se restringe a um só campo do conhecimento, mas permite a interlocução entre muitos campos para uma análise mais completa da realidade migratória.

Por possuir este caráter multidimensional, Massey et al. (1993) e Ribas Mateos (2004) entendem que não há uma teoria sofisticada o suficiente que consiga sozinha gerar consenso na literatura e explicar integralmente o processo de mobilidade humana. Há apenas uma série de teorias que trabalham com níveis, perspectivas e dimensões diferentes e que parecem não conversar entre si (MASSEY et al., 1993; RIBAS MATEOS, 2004). Por outro lado, esta multidisciplinaridade apresentada pela área de migrações pode ser considerada uma vantagem (PEIXOTO, 2004), pois possibilita o diálogo entre as diferentes perspectivas teóricas, gerando benefícios mútuos, uma vez que cada uma se propõe a analisar uma dimensão ou esfera diferentes do processo migratórios.

Apesar de ser um tema extensamente debatido, a mobilidade humana é ainda pouco abordada na área de Relações Internacionais e normalmente associada a questões de segurança internacional (MOULIN, 2011; SCOMAZZON; GRECHI, 2015). As Ciências Sociais e a Economia, por sua vez, já possuem uma tradição no estudo dos processos migratórios e fornecem a base teórica a partir da qual foram

desenvolvidos os estudos mais atuais. Desta forma, utilizar-se-á para o presente estudo as teorias surgidas no âmbito da Economia e da Sociologia, que auxiliarão na análise sobre a presença do Estado brasileiro no Haiti e suas consequências para a constituição do fluxo migratório haitiano para o Brasil.

Observa-se que, em sua maioria, as Teorias de Migrações Internacionais podem ser divididas de três formas: entre aquelas que apresentam um enfoque mais econômico e as que possuem enfoque mais sociológico (PEIXOTO, 2004); as que analisam a partir de um nível mais macrosociológico, enquanto outras partem de níveis microsociológicos (PEIXOTO, 2004); ou ainda as que trabalham a origem do processo enquanto outras explicam sua continuação (MASSEY et al., 1993). Há ainda outras variadas divisões, contudo, para o presente trabalho, optou-se pela aplicação das caracterizações feitas acima.

As teorias de enfoque mais econômico são representadas por: Teoria Neoclássica, Nova Economia da Migração, Teoria do Mercado de Trabalho Dual e Teoria dos Sistemas Mundo. Já as de enfoque mais sociológico são compreendidas por: Teoria de Redes, Teoria Institucional, Teoria da Causação Cumulativa e Teoria dos Sistemas Migratórios.

A Teoria Neoclássica corresponde aos modelos de *push-pull*, conforme Peixoto (2004) ou de “atração-expulsão”, segundo Ribas Mateos (2004), nos quais a migração é gerada por uma série de elementos (normalmente de caráter econômico) que atraem ou repulsam o indivíduo (SCOMAZZON; GRECHI, 2015). Apesar desta teoria dividir-se em duas perspectivas – Micro e Macro – ambas consideram que o mercado de trabalho é o único capaz de induzir fluxos migratórios (SASSAKI; ASSIS, 2000). A principal diferença da subdivisão da Teoria Neoclássica é o nível de análise: enquanto a Teoria Macro entende que é a diferença entre a oferta e demanda de emprego dos países que move a migração, a Teoria Micro considera que é o ator racional individual quem toma a decisão de migrar ou não baseado num cálculo de custos e benefícios, interpretando a migração como uma forma de investimento em capital humano (MASSEY et al., 1993).

A Nova Economia da Migração, por sua vez, pressupõe a ação racional não de um, mas de um grupo de indivíduos – família – que busca diversificar os riscos e diferenciar a fonte de seus rendimentos para que possíveis contratempos não prejudiquem seus rendimentos (MASSEY et al., 1993). Estas três perspectivas – Teoria Neoclássica Micro e Macro e Nova Economia da Migração – pertencem ao

campo da microsociologia das migrações e ao modelo de ação racional, conforme afirma Peixoto (2004); sua discordância é quanto ao nível de análise: individual ou um coletivo, como a família (SCOMAZZON; GRECHI, 2015).

Seguindo na linha das teorias com enfoque mais econômico, porém com nível de análise macrossociológico, encontra-se a Teoria do Mercado de Trabalho Dual, cuja premissa considera que às economias de países desenvolvidos é inerente a demanda por trabalho migrante. Deste modo, há uma divisão no mercado de trabalho entre primário e secundário: enquanto no primeiro os trabalhadores têm acesso de forma legal e de acordo com seu nível de formação, no segundo o recrutamento se dá baseado nas suas características étnicas ao invés de sua qualificação, possuindo estatuto jurídico precário (PEIXOTO, 2004; SCOMAZZON; GRECHI, 2015).

A Teoria dos Sistemas-Mundo de Wallerstein – mais conhecida no âmbito das Relações Internacionais – entende que a origem das migrações está na estrutura do mercado mundial capitalista que vem se desenvolvendo e expandindo desde o século XVI (MASSEY et al., 1993). A penetração das relações econômicas capitalistas nas sociedades não capitalistas e periféricas cria uma população móvel e inclinada a migrar, uma vez que as empresas capitalistas passam a controlar os insumos, a mão-de-obra e a terra dessas regiões, tornando inevitável o processo migratório (MASSEY et al., 1993).

Em quanto às teorias de abordagem mais sociológica, a Teoria de Redes é uma das principais para o presente estudo. Redes são definidas como “[...] conjuntos de laços interpessoais que conectam migrantes, ex-migrantes e não migrantes nas áreas de origem e de destino através de laços de parentesco, amizade e origem compartilhada de uma mesma comunidade.”⁵ (MASSEY et al., 1993, p. 448, tradução nossa). Estas aumentam a probabilidade do processo migratório, uma vez que diminuem riscos e custos e favorecem os retornos esperados.

Segundo Ribas Mateos (2004), a rede social é uma ferramenta útil ao pesquisador para entender os mecanismos de informação e inserção que não são visíveis à primeira vista, bem como distinguir as diferentes estratégias familiares, o modo como as redes são estruturadas segundo relações de gênero e o montante de

⁵ Do original: “[...] sets of interpersonal ties that connect migrants, former migrants, and nonmigrants in origin and destination areas through ties of kinship, friendship, and shared community origin.” (MASSEY et al., 1993, p. 448).

lares que vivem a realidade de migrações transnacionais. A autora ainda acrescenta que estas redes estão condicionadas pelas estruturas econômicas, sociais e políticas tanto da sociedade de destino como de origem, o que influenciará nas relações sociais entre os indivíduos e entre grupos. Destaca-se ainda que estas redes atuam de forma positiva, pois aumentam a confiança dos agentes sobre o processo migratório. Contudo, também possuem um fator negativo: limitam as escolhas dos migrantes, já que os indivíduos optarão por destinos nos quais têm fortes ligações com seu lugar de origem em detrimento de outras opções que possivelmente existiriam (SASSAKI; ASSIS, 2000).

A Teoria de Redes encontra-se ligada à Teoria do Capital Social que, para Portes, poderia ser descrita como a capacidade das pessoas de organizar os recursos escassos por formarem parte de redes ou estruturas sociais mais amplas (PORTES, 1995 apud RIBAS MATEOS, 2004). Desta forma, o estudo das redes sociais permite entender como os migrantes utilizam-se do capital social no contexto das migrações, complementando a visão economicista de fatores de expulsão e atração. Peixoto (2004) considera que esta abordagem contribui ao estudo da mobilidade humana, pois chama atenção ao fato de que a racionalidade dos agentes é limitada pela falta de informações ou por informações restritas, mostrando que as migrações não são condicionadas apenas por aspectos econômicos (então a continuidade de um fluxo migratório não está necessariamente atrelada a questões econômicas) e que os agentes não são puramente agentes econômicos, mas sim sociais.

Importa sublinhar ainda que a análise de redes sociais se encontra dentro do escopo do modelo de análise Histórico-Estrutural. Esta perspectiva entende que as migrações são historicamente condicionadas e advém de um processo maior de mudança global que deve ser analisado conjuntamente (SINGER, 2002). Conforme Ribas Mateos (2004), por este prisma, a migração está vinculada a “uma macroorganização das relações socioeconômicas, uma divisão internacional do trabalho e um sistema de dominação política.”⁶ (RIBAS MATEOS, 2004, p. 89). Este modelo de análise compreende diversos ângulos, dentre eles a Teoria das Redes. Assim, a partir de uma perspectiva histórico-estrutural, entende-se que as redes

⁶ Do original: “[...] una macroorganización de las relaciones socioeconómicas, una división internacional del trabajo y un sistema de dominación política.” (RIBAS MATEOS, 2004, p. 89).

sociais têm papel importante na determinação dos fluxos migratórios e, ao mesmo tempo, são condicionadas pelas estruturas econômicas, históricas e sociais das sociedades (de emigração e imigração) em questão (RIBAS MATEOS, 2004). É este o aporte teórico que será seguido durante o presente trabalho, uma vez que, para entender a migração dos haitianos ao Brasil, precisa-se compreender seu entorno político, histórico e social, analisando quais os efeitos destes condicionantes sobre o processo.

A Teoria Institucional, por sua vez, percebe que, a partir do início do processo migratório, surge uma série de instituições que o promovem, dão suporte ou ainda buscam barrá-lo (SCOMAZZON; GRECHI, 2015). São consideradas por Massey et al. (1993) como outra forma de capital social utilizada pela população migrante para obter acesso facilitado ao mercado de trabalho, uma vez que, com o tempo, essas instituições se estabilizam e se tornam conhecidas. Esta teoria traz o importante aspecto das “instituições” ilegais que surgem como consequência das políticas migratórias restritivas dos países: os chamados “coiotes”, que promovem acesso ilegal ao país, extorquindo a população migrante, caso muito comum quando se analisa a imigração haitiana para o Brasil.

A Teoria da Causação Cumulativa entende que os processos de mobilidade humana se autossustentam. O ato da migração alterará o contexto social, influenciando as próximas decisões de outros possíveis migrantes, o que, com o tempo, tornará o movimento populacional mais provável por si só (MASSEY et al., 1993). Assim, entende-se que o próprio processo migratório cria condições para sua manutenção (SCOMAZZON; GRECHI, 2015).

Por fim, a Teoria dos Sistemas Migratórios parte das teorias anteriormente vistas (Teoria dos Sistemas-Mundo, Teoria de Redes, Teoria Institucional e Teoria da Causação Cumulativa), que afirmam que, ao longo do tempo, os fluxos migratórios adquirem certa estabilidade, e identifica a existência de sistemas migratórios internacionais estáveis (MASSEY et al., 1993). Um sistema migratório é caracterizado, segundo o autor, por intercâmbio de bens, capitais e pessoas de maneira intensa entre alguns países e mais tímida entre outros. Ademais, incluiria uma região central de recebimento de migrantes e um conjunto de países que se ligam a essa região através de um número grande de imigrantes (MASSEY et al., 1993).

2.2 AS DIFERENTES FORMAS DE MOBILIDADE HUMANA

De acordo com o que foi visto anteriormente, a mobilidade humana não é um processo novo, nem restrito a alguma região, país ou continente específico. O povoamento da superfície terrestre pela espécie humana demonstra que a migração é tão antiga quanto o ser humano. Entretanto, foi com o estabelecimento de fronteiras que a noção de migração e migrante surgiram (SCOMAZZON; GRECHI, 2015).

Pode-se dizer que foi com o Tratado de Vestfália em 1648, marco da criação do Sistema Internacional atual e, principalmente, da criação formal do Estado-Nação e do conceito de soberania, que as fronteiras passaram a existir formalmente e, com elas, concepções como a de nacionalidade e identidade do indivíduo como nacional de um Estado (SCOMAZZON; GRECHI, 2015). É a partir deste momento que a nacionalidade passa a ser fonte de identidade do indivíduo – e mais: passa a ser a fonte de direitos, pois “Ter pátria significa ter ao menos uma porta de acesso ao direito.” (PEREIRA, 2014, p. 62).

Assim, o imigrante passou a ser aquele que sai de seu país com o intuito de estabelecer-se em outro (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES – OIM, 2006). Apesar de não morar mais no espaço territorial correspondente ao seu Estado de origem, este indivíduo permanece ligado a ele pela sua nacionalidade e, portanto, tem sua identidade atrelada ao seu país de nascimento.

Desta forma, todo o deslocamento populacional é chamado de migração, tanto a locomoção dentro dos limites de um Estado como entre Estados. Para o presente estudo, contudo, o termo “migração” sempre será utilizado no sentido de “migração internacional” ou de “imigração”, uma vez que nosso objeto é a emigração de nacionais para fora de seu país de origem (Haiti) almejando o estabelecimento em um segundo país (Brasil).

Conforme dados da Organização das Nações Unidas, em 2013, 232 milhões de pessoas viviam fora de seu país natal (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 2014). Migrar, mais do que um processo, é um Direito (Artigo XIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos), afinal “[...] é parte constitutiva da experiência humana e do próprio processo de formação de grande parte das comunidades políticas que hoje chamamos de Estado.” (MOULIN, 2011, p. 10).

Diversos são os motivos para desencadear um processo migratório, que será

considerado espontâneo ou forçado, a depender dos seus condicionantes iniciais. A migração espontânea ou voluntária⁷ é a que ocorre pela busca de melhores condições de vida, oportunidades de estudo e trabalho – ao indivíduo normalmente se atribui o status de migrante econômico. A Organização Internacional para Migrações (OIM) define a migração espontânea como:

Movimento de pessoas ou grupo de pessoas que iniciam e realizam seus planos de migração sem assistência. Em geral esta migração é causada por fatores negativos no país de origem e por fatores atrativos no país de acolhida; se caracteriza pela ausência de assistência do Estado ou de qualquer outro tipo de assistência nacional ou internacional. (OIM, 2006, p. 39, tradução nossa)⁸.

A migração forçada, por outro lado, na qual se encaixam os casos de refúgio, apatridia e tráfico de pessoas, conforme a OIM (2006) é um:

Termo genérico que se utiliza para descrever um movimento de pessoas no qual se observa coação, incluindo a ameaça da vida e da sua subsistência, seja por causas naturais ou humanas (por exemplo, movimentos de refugiados e de deslocados internos, assim como pessoas deslocadas por desastres naturais ou ambientais, desastres nucleares ou químicos, fome ou projetos de desenvolvimento). (OIM, 2006, p. 39, tradução nossa)⁹.

O instituto do refúgio é regulado e delimitado pela Convenção de Genebra de 1951, que define como refugiadas aquelas pessoas que têm bem fundado temor de perseguição por questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo político ou social, e que não possam ou não queiram voltar para casa. O Brasil

⁷ A adequação do uso das palavras “espontânea ou voluntária” é questionada, uma vez que pode levar a entender que estes imigrantes saem de seu país “sem uma motivação externa e que ali poderiam permanecer, quando o que ocorre em alguns casos é que estas pessoas não têm outra opção senão a migração, uma vez que a situação no seu local de origem é precária ou mesmo de risco. É por essas distorções que autores como Alexander Betts (2010) buscam novas soluções que contemplem as novas características migratórias que se desenvolvem, conforme será discutido posteriormente.

⁸ Do original: “Movimiento de personas o grupo de personas que inician y realizan sus planes de migración, sin asistencia. Por lo general, esta migración es causada por factores negativos en el país de origen y por factores atractivos en el país de acogida; se caracteriza por la ausencia de asistencia del Estado o de cualquiera otro tipo de asistencia nacional o internacional” (OIM, 2006, p. 39).

⁹ Do original: “Término genérico que se utiliza para describir un movimiento de personas en el que se observa la coacción, incluyendo la amenaza a la vida y su subsistencia, bien sea por causas naturales o humanas. (Por ejemplo, movimientos de refugiados y de desplazados internos, así como personas desplazadas por desastres naturales o ambientales, desastres nucleares o químicos, hambruna o proyectos de desarrollo)”. (OIM, 2006, p. 39).

também aderiu à Declaração de Cartagena de 1984¹⁰, que amplia o escopo do refúgio para situações nas quais ocorrem graves e generalizadas violações de direitos humanos (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, 2014).

A imigração de haitianos para o Brasil não foi entendida como uma situação de refúgio pelo governo brasileiro, o que trouxe ao poder público a necessidade de criação de um novo dispositivo que permitisse o acolhimento no país desta população. Os haitianos não são considerados refugiados por não se encaixarem no quesito de bem fundado temor de perseguição, mas também não são migrantes econômicos somente, necessitando de proteção internacional em algum nível (CORRÊA et. al., 2015; SCOMAZZON; GRECHI, 2015).

Alexander Betts (2010) propõe a criação de uma nova categoria: a migração por sobrevivência, que visa preencher a lacuna da dicotomia entre migrante econômico e refugiado, abrangendo as novas formas de deslocamento forçado que ainda não são previstas na legislação internacional. Segundo Betts (2010), o migrante por sobrevivência é aquele que não se encaixa no enquadramento do refúgio por não sofrer perseguição, mas também não é um migrante econômico espontâneo: esta pessoa se desloca porque não tem seus direitos socioeconômicos garantidos em situações de desastres ambientais, fragilidade do Estado e de seu alcance e insuficiência de condições de sobrevivência. Este conceito parte do pressuposto que a grave e generalizada violação de direitos humanos é multicausal: o estopim pode ser um desastre ambiental, por exemplo, mas deve-se lembrar dos outros fatores que contribuíram para o agravamento da situação, como a fragilidade do Estado e a falta de meios para subsistência, o que geraria um vácuo institucional que impede o Estado de suprir as necessidades básicas da população (CORRÊA et. al., 2015).

Apesar de dizer que não há um consenso na literatura sobre a forma de chamar estes deslocamentos forçados, Betts (2010) afirma que é unanimidade a constatação de que a dicotomia refugiado/migrante econômico não é suficiente na conjuntura da mobilidade humana atual, pois verifica-se novas formas destes processos. A proposta de Betts (2010) é de flexibilização dos regimes

¹⁰O Brasil internalizou somente parte da Declaração, através do Art. 1º, inciso III da Lei 9474 de 1997 que prevê caracterização de situação de refúgio em casos de grave ou generalizada violação de Direitos Humanos.

internacionais¹¹, visando uma proteção mais adequada àquelas pessoas que não podem continuar em seu país porque, conforme o conceito do autor, têm sua existência ameaçada, ou seja, não vêm garantidas as mínimas condições de dignidade.

Neste sentido, a imigração de haitianos parece corroborar com a construção do conceito de imigração por sobrevivência, já que, apesar de a grande maioria não sair de seu país motivada por perseguição de ordem religiosa, política, racial ou social, se vê obrigada a deixar o país pela falta de condições socioeconômicas ali existentes. Deste modo, com a chegada de um número expressivo de nacionais do Haiti, o governo brasileiro realiza uma manobra e cria o chamado “visto humanitário”, possibilitando a regularização destes imigrantes no Brasil¹², com o entendimento de que mesmo não aplicando-se o instituto do refúgio, estas pessoas necessitam de proteção internacional.

2.3 O ESTADO E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

O Estado-Nação, criado com o Tratado de Vestfália de 1648 é o detentor da autoridade e do poder no Sistema Internacional. A inviolabilidade de sua soberania é a base do sistema legal internacional (HOLLIFIELD, 2004). E é ele também, conforme analisado antes, o detentor dos meios de garantia da cidadania e, conseqüentemente, de direitos. Assim, por muitos séculos, foram e continuam sendo os Estados os agentes administradores dos fluxos migratórios com os objetivos de colonização, desenvolvimento econômico ou mesmo da garantia da competitividade na era da globalização (HOLLIFIELD, 2004). Entretanto, tal tarefa tornou-se mais complexa com o tempo e com a estabilização de alguns fluxos migratórios, que se autossustentam e se beneficiam das inovações em comunicações e transporte.

É ao final do século XIX e início do XX, contudo, que se observa o surgimento de uma necessidade mais premente de controle e regulação da mobilidade humana. O fortalecimento dos nacionalismos e a necessidade de reconhecimento da

¹¹Regimes internacionais são definidos por Betts (2010) como normas, regras, princípios e processos de decisão através dos quais as expectativas dos atores convergem em uma dada área.

¹² Esta medida tomada pelo Governo Federal brasileiro não agradou os órgãos da sociedade civil que trabalham com questões migratórias, pois suas garantias jurídicas são mais precárias que o refúgio. No capítulo 4 o visto humanitário será explicado em maior profundidade.

população pelo Estado com a finalidade de cobrança de impostos e conscrição militar leva ao surgimento do sistema de vistos e passaportes e do desenvolvimento de políticas de naturalização e imigração (HOLLIFIELD, 2004). Até então, segundo Hollifield (2004), a imigração não autorizada ou ilegal não era vista como uma questão política importante, e termos como migração política, refúgio e asilo ainda não estavam previstos nos ordenamentos jurídicos. É no período entreguerras que o Estado Vestfaliano se fortalece e os países fecham-se mais expressivamente, com a ampliação de nacionalismos e nativismos (HOLLIFIELD, 2004).

Será somente no pós Segunda Guerra, em torno dos anos 40 e 50, que o Sistema Internacional terá abertura para a criação de espaços que privilegiassem indivíduos e grupos; senão como atores, mas ao menos como peças importantes para a construção da estrutura da Nova Ordem Mundial (HOLLIFIELD, 2004). É na esteira desta maior abertura que se dá a assinatura da Convenção de Genebra de 1951 sobre o instituto do refúgio.

Assim, atualmente, pode-se notar que a gestão dos movimentos migratórios continua sendo feita em grande parte pelos Estados (senão tanto pela sua promoção como era muito comum durante os períodos de colonização, mais pela sua repressão), porém estes desenvolveram diferentes perspectivas a partir das quais se baseiam. Segundo Moulin (2011), pode-se generalizar as abordagens estatais quanto à migração em dois grupos: os de visão securitária e os de visão desenvolvimentista (SCOMAZZON; GRECHI, 2015). Enquanto para os primeiros as migrações são fontes de problemas e temores, os segundos fazem uma leitura mais positiva e otimista dos deslocamentos populacionais.

A visão securitária de imigração (base para o Estatuto do Estrangeiro¹³ brasileiro) enxerga o imigrante como um estranho (daí a palavra “estrangeiro”), que pode ser fonte de desordens públicas e da quebra da (suposta) homogeneidade social, econômica e cultural do Estado (MOULIN, 2011). Assim, o Estado intervém na mobilidade humana através de políticas restritivas e de controle de fronteiras. Neste contexto, há uma desigualdade de oportunidades de mobilidade: enquanto alguns grupos privilegiados têm facilidades no seu deslocamento, para outros cruzar uma fronteira pode parecer um caminho arriscado. Cabe aqui os questionamentos de Catherine Wihtol de Wenden: “Pode considerar-se então que o cruzamento de

¹³O Estatuto do Estrangeiro é a Lei atualmente vigente no Brasil para a gestão de imigração (Lei 6815/1980). Será discutido com maior profundidade no Capítulo 4.

fronteiras ficou reservado às elites que têm dinheiro, estudos e relações; e que fica fechado para os outros dois terços da humanidade?”¹⁴ (WENDEN, 2013, p. 80, tradução nossa).

Por outro prisma, a visão mais desenvolvimentista entende a migração como um processo positivo que transnacionaliza a cidadania e cria uma ordem mais cosmopolita (MOULIN, 2011). De acordo com Moulin (2011), o debate desta perspectiva é orientado para o impacto econômico e social das remessas de recursos dos imigrantes para as suas famílias no país de origem ou também para as questões de sensibilidades culturais e políticas e suas sobreposições.

2.4 PANORAMA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS PARA O BRASIL

O Brasil é um país de população miscigenada, diversa, multiétnica. A imigração foi um dos fatores que contribuiu para essas características atuais (OIM, 2010). Conforme Moraes (2014) e Reis (2011) entre o final do século XIX e o início do século XX diferentes fluxos migratórios chegaram ao Brasil, constituindo seu perfil de país receptor de população naquele período. Entretanto, nas últimas décadas do século XX, nosso país foi mais fonte de imigração do que país de destino, invertendo nosso padrão para um saldo migratório internacional negativo na década de 1980 (CAMPOS; BORGES; SILVA, 2012). A realidade atual, contudo, parece indicar que este padrão está novamente se alterando: conforme análise de técnicos do IBGE, o saldo migratório internacional se tornou positivo na última década, uma vez que a chegada de imigrantes teria superado a saída de emigrantes do país (CAMPOS; BORGES; SILVA, 2012). Esta mudança seria resultante da crise econômica vivida pelos países desenvolvidos no final dos anos 2000, aliado ao aquecimento da economia brasileira, que teriam não só atraído mais estrangeiros ao país, como também impulsionado a imigração de retorno de brasileiros residentes no exterior (OLIVEIRA, 2015).

De acordo com os pesquisadores, o Brasil atualmente se encontraria em uma situação intermediária, na qual recebe e envia contingentes populacionais

¹⁴ Do original: “¿Puede considerarse entonces que el cruce de fronteras ha quedado reservado a las élites que tienen dinero, estudios y relaciones, y que queda cerrado para los otros dos tercios de la humanidad?” (WENDEN, 2013, p. 80).

expressivos simultaneamente. Segundo Reis (2011) e Campos, Borges e Silva (2012), o crescimento econômico dos últimos anos e a estabilidade econômica teriam tornado o Brasil um país atraente para imigração. Mas quem compõe esse coletivo de imigrantes internacionais?

Nos últimos anos, a imigração haitiana e senegalesa tem tomado conta das notícias veiculadas pela imprensa, o que traz benefícios e prejuízos. Se, por um lado, o debate sobre mobilidade humana é renovado e publicizado, tornando esta população, que muitas vezes é invisível, foco das atenções da sociedade, por outro lado traz à tona uma série de situações de preconceitos, xenofobia e racismo. Daí a necessidade de entender quem compõe a parcela de não nacionais brasileiros residindo no nosso país para desmistificar ideias difundidas erroneamente.

A dificuldade para encontrar dados atualizados sobre migração no Brasil é um fator limitante para análises deste processo, o que é potencializado pela imigração não autorizada, que não é registrada e, conseqüentemente, não contabilizada. Ainda assim, alguns órgãos do governo e certas organizações internacionais¹⁵ buscam fazer esse trabalho de análise e coleta de dados, que, por mais imprecisos que sejam, auxiliam a entender o perfil migratório brasileiro.

Análises revelam que o volume de imigrantes no país apresentou tendência de declínio nas últimas décadas, ainda que os dados também mostrem que os fluxos migratórios internacionais aumentaram substantivamente em relação à década anterior, chegando a um aumento de 70% (OLIVEIRA, 2015)¹⁶. Essa situação evidencia que, apesar de os fluxos terem apresentado tendência de aumento substantivo, isso não foi suficiente para alterar o volume total dos imigrantes residentes no país, uma vez que não compensou o número de mortes e reemigração¹⁷.

Ademais, Europa e Japão, que têm tradição imigratória ao Brasil diminuem

¹⁵ Os órgãos brasileiros responsáveis pelos processos de coleta de dados de imigração são Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento da Polícia Federal e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (DPF) (UEBEL, 2015).

¹⁶ A migração internacional pode ser medida de duas formas: através de estoques ou de fluxos. O estoque é definido como o volume total de migrantes internacionais presentes em um país em um determinado período, enquanto os fluxos correspondem à quantidade de migrantes chegando ou saindo de um país em determinado período (BILSBORROW et. al., 1997 apud CAMPOS; BORGES; SILVA, 2012).

¹⁷ Uebel (2015), contudo, por ter acesso a dados a partir de 2010, apresenta elementos divergentes: aponta que o país experimentou um “[...]boom imigratório a partir de 2010 com posterior declínio e um segundo boom no biênio 2013-2014 [...]”(UEBEL, 2015).

sua participação no volume total de imigrantes residentes, países do continente americano aumentam sua presença, com destaque para Estados Unidos, Bolívia, Paraguai e Peru (OLIVEIRA, 2015). Portugal, Bolívia, Japão, Paraguai, Itália e Espanha são os países que apresentam a maior participação no volume total, compreendendo 56,2% dos imigrantes no Brasil (OLIVEIRA, 2015). Oliveira (2015) ainda acrescenta Argentina, Estados Unidos, China e Peru com peso importante no volume total. Como esclarece Oliveira (2015), o Censo de 2010 infelizmente não conseguiu captar a dimensão da chegada dos haitianos ao Brasil, o que provavelmente enfatizaria essa tendência.

Segundo Oliveira (2015), os dados do Censo mostram que São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal foram o destino final de 43,4% dos imigrantes em 2010 –; contudo, há que se destacar alguns outros Estados que apresentaram aumentos significativos, como Goiás, Mato Grosso do Sul e Amazonas, além da Bahia.

A evolução do Brasil no contexto regional mostra uma diminuição da emigração de brasileiros para os países da América Latina, seguida por um aumento da imigração de cidadãos latinoamericanos para o país, o que evidencia a importância do Acordo de Residência do MERCOSUL¹⁸, assinado em 2009¹⁹. Nota-se que em 2010 a América do Norte e a América Latina foram responsáveis pelo envio de 56,1% dos fluxos ao Brasil (OLIVEIRA, 2015). Logo, nosso país vem assumindo um caráter de país receptor de uma população crescente de nacionais bolivianos, chilenos, peruanos, uruguaios e colombianos (OIM, 2010):

O estoque de brasileiros na Argentina de 1960 a 1991 vem diminuindo (de 48 mil para 33 mil pessoas, respectivamente), ao passo que o de argentinos no Brasil vem se elevando (de 15 mil para 25 mil pessoas, nesses quarenta anos). Esse mesmo fenômeno vem ocorrendo também com o Uruguai, onde o número de brasileiros tem se estabilizado desde 1975 em torno de 14 mil pessoas, e o total de uruguaios passou, no Brasil, de 11 mil, em 1960, para 22 mil em 1991; com o Peru, de 3 mil brasileiros em 1972 para 2,5 mil em 1993, sendo que havia 2,5 mil peruanos no Brasil, em 1960, alcançando 5,8 mil, em 1991; e, com a Colômbia, que chegou a registrar 2,3 mil brasileiros em 1960, baixando para 1,4 mil em 1993, registrando o Brasil 2 mil colombianos, em 1991, contra os 685 de 1960. (OIM, 2010, p. 25).

¹⁸ Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

¹⁹ O Acordo sobre Residência para os Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile corresponde ao Decreto nº 6.975 da Presidência da República e define que os cidadãos de um Estado Parte estão autorizados a residir em outro Estado Parte mediante comprovação de sua nacionalidade e conforme os demais requisitos do acordo (BRASIL, 2009).

Sobre o Haiti, especificamente, os dados do IBGE mostram que a variação desta população é uma das mais evidentes. Em 2000 não havia nenhum imigrante haitiano registrado como estrangeiro no Brasil; em 2010 os registros apontam 175 migrantes e em 2014, 20.108 imigrantes, cifras que são estimadas como baixas (UEBEL, 2015).

Este cenário comprova que o Brasil segue a tendência internacional de intensificação da migração Sul²⁰-Sul, que em 2013 chegava a equiparar-se à migração norte-sul, superando a realidade dos anos 90, na qual predominava esta última (ONU, 2013). Conforme dados da Divisão de População da ONU, em 2013 mais de um terço dos migrantes internacionais (36%) eram nascidos e estavam vivendo em países do Sul. Ressalta-se, também, que a maioria da população em situação migratória nascida na América Latina e no Caribe (85%) residiam em um país fora da sua região; e mais: esta região possui um dos menores níveis de migração intra-regional. Por outro lado, 64% dos migrantes internacionais residentes na região da América Latina e do Caribe tinham como origem países da mesma região. Outrossim, em 2013 os migrantes provenientes da América Latina e Caribe formavam o segundo maior grupo em mobilidade humana, com a maioria desta população vivendo na América do Norte. Finalmente, destaca-se que, dentro da região da América Latina e Caribe, os imigrantes da América Central são os que possuem maior probabilidade de viver fora do seu país de origem, sendo que a sua maioria residiria nos Estados Unidos.

Logo, os dados disponíveis nesta série de estudos sobre pessoas em situação de mobilidade indicam que o Brasil apresenta uma queda no seu volume de imigrantes, ainda que haja mais imigrantes chegando ao país. Ademais, o Brasil não foge à tendência encontrada na América Latina e Caribe: dos imigrantes que para cá se deslocam, a maioria é de países da própria região. Isto posto, pode-se dizer que os dados parecem indicar que a imigração haitiana ao Brasil não difere nem dos padrões brasileiros de fluxos migratórios, e muito menos dos padrões da região na qual se encontra. Da mesma forma, os dados parecem corroborar com a História haitiana de altos índices de migração²¹, uma vez que este país situa-se na América

²⁰ O termo “país do sul” é utilizado para países em desenvolvimento, que normalmente são localizados no Hemisfério Sul (UNITED NATIONS – UN, 2007).

²¹ A relação do Haiti com a mobilidade humana será abordada com maior profundidade no Capítulo 4.

Central, região com propensão à mobilidade humana internacional. Em contrapartida, o Brasil como paradeiro final dos haitianos aparece ainda como um fato a ser analisado, já que os países da América do Norte sempre figuraram como destino principal escolhido (METZNER, 2014). Logo, cabe investigar com maior aprofundamento as motivações para este fato, o que será abordado nos capítulos a seguir.

3 O ESTADO BRASILEIRO NO HAITI

A seguir analisa-se como se estrutura a presença externa no Haiti, enfatizando a política externa brasileira para o país, através das ações militares e de cooperação técnica. Inicialmente faz-se uma análise de como as intervenções externas impactaram o Haiti para, em seguida, aprofundar a investigação sobre a política externa brasileira no que tange o país, com enfoque na MINUSTAH e nas ações de cooperação técnica.

3.1 HAITI: POBREZA E INTERVENÇÃO EXTERNA

A História da primeira república latino-americana e segunda república das Américas é permeada por uma sucessão de convulsões políticas e sociais que remontam à sua própria formação como Estado independente. Colonizada inicialmente pela Espanha em 1492, a “Ilha de Hispaniola” teve sua população nativa dizimada rapidamente, o que levou à inserção da mão de obra escrava negra no seu território (JAMES, 2010). No século XVII, a ilha passou ao controle francês, após o fim dos metais preciosos e, conseqüentemente, do interesse espanhol pelo território (SEITENFUS, 2014).

No século XVIII, entretanto, o país passa por uma Revolução, iniciada com episódios de fugas de escravos que, sucessivamente, montam focos de resistência ao colonizador francês. Em 1804, sob o comando de Dessalines, os rebeldes negros conquistam sua independência, em um processo violento de massacre e expulsão da população branca do território (SEITENFUS, 2014; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013). Assim nasce a primeira república negra do mundo.

Entretanto, o reconhecimento da independência haitiana pela comunidade internacional foi um longo processo que teve seu fechamento apenas em 1826 com a assinatura de um acordo entre França e Haiti, no qual a primeira exige um pagamento de uma compensação estimada hoje em cerca de US\$ 21 bilhões (SEITENFUS, 2014). Conforme o autor, essa foi a origem da dependência do Estado haitiano dos recursos internacionais.

Conforme analisa Seitenfus (2014, p. 50) “Avançado para seu tempo, o Haiti teve razão demasiado cedo.”. O preço pago pelo Haiti por haver ousado subverter a lógica ocidental de poder e mostrado que era possível uma república negra latino-

americana foi alto demais. Além da própria compensação financeira, a estratégia do sistema colonialista se deu através de um cordão de isolamento em torno do país, impedindo inicialmente que o modelo de revolução negra haitiana se espalhasse para os demais países da América Latina, e, mais recentemente, buscando conter a emigração de nacionais do país (SEITENFUS, 2014; BOLTON, 2011).

Logo, o envolvimento da comunidade internacional no Haiti se dá principalmente a partir da questão migratória: quando o fluxo de nacionais haitianos passou a se tornar uma constante nos países desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos e França, é que medidas foram tomadas, com o intuito primeiro de conter a imigração (BOLTON, 2011). A crônica dependência econômica do país e a instabilidade do seu sistema político – no qual faltou um pacto para a efetiva transição dos diversos períodos ditatoriais até a democracia – levaram-no a um cenário de caos e desorganização das estruturas estatais, que não conseguem garantir minimamente os direitos sociais, políticos e econômicos à população (SEITENFUS, 2014).

Deste modo, o país caribenho já esteve sob a agência de diversas formas de ingerência externa. De 1915 a 1934 ocorre a intervenção norte-americana, que reorienta a dependência do país da França para os EUA, sendo que este passa a controlar o comércio local e os serviços, além de influenciar na consolidação da elite econômica mulata (LUCENA, 2014). Ademais, no contexto da Guerra Fria, os EUA continuaram influenciando a política haitiana através do apoio à ditadura de François Duvalier, conhecido como “Papa Doc” e, posteriormente, do seu filho Jean-Claude, “Baby Doc” (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013).

Após este período, o Haiti já foi submetido a sete Operações de Paz das Nações Unidas desde 1993 até 2013²², todas sob o guarda-chuva do Capítulo VII da Carta da ONU, que permite o uso da força (SEITENFUS, 2014). O país foi o primeiro caso de uso deste capítulo pela ONU para intervir em questões estritamente internas, utilizando-se como argumento que

²² São elas: Missão Civil Internacional no Haiti – MICIVIH (fev. 1993 a mar. 2000); United Nations Mission in Haiti – UNMIH (set. 1996-jun 1996); United Nations Support Mission in Haiti – UNSMIH (jul. 1996 a jul. 1997); United Nations Transition Mission in Haiti – UNTMIH (ago. a nov. 1997); United Nations Civilian Police Mission in Haiti – MIPONUH (de. 1997 a mar. 2001); International Civilian Support Mission in Haiti – MICAH (mar. 2000 a fev. 2001) e Missão das Nações Unidas pela Estabilização no Haiti (jun. 2004 a nov. 2015) (SEITENFUS, 2014; ONU, 2015).

[...] considerando que graves violações dos direitos humanos no interior das fronteiras nacionais constituiriam ameaça à paz e à segurança internacionais. [...] e adiciona-se um elemento considerado capital na crise haitiana: **os deslocamentos maciços de população constituem ameaças à paz e à segurança internacionais ou agravam as ameaças existentes.** (SEITENFUS, 2014, p. 79, grifo nosso).

Assim, as motivações para a ingerência externa parecem confirmar a constatação de Bolton (2011, p. 34, tradução nossa) de que

[...] o sistema de ajuda e manutenção da paz no Haiti não é uma forma de humanitarismo apolítico – é um sistema de governança, profundamente político, que empodera alguns e retira o poder de outros²³.

O contrário parece revelar-se: fica evidente a dependência das ações humanitárias aos desígnios e à vontade dos países doadores, já que muitas vezes implementam um processo de tomada de decisão excludente e distante, que ignora a realidade haitiana e não prevê consultas populares (BOLTON, 2011). Por conseguinte, as operações das Nações Unidas não logram estabilizar totalmente o país e se repetem de tempos em tempos, exatamente por não buscarem entender a raiz de tais crises e agir apenas para minorar suas consequências.

Conforme Merrill (1996) as iniciativas externas no Haiti normalmente pecam por considerar apenas uma parcela pequena da elite econômica do país, concentrada na região urbana e que tem pouco em comum com o restante da população. Segundo Lucena (2014), a sucessão de ingerências externas tem explicações também na própria natureza da política haitiana, controlada por uma pequena elite, na qual os grupos preferem a presença de agentes estrangeiros do que um pacto ou a ocupação do poder pela oposição. Merrill (1996) e Bolton (2011) apontam que a exclusão da maioria da população das decisões políticas dos agentes internacionais prejudica a manutenção destas iniciativas, uma vez que a população as enxerga associadas à presença de tropas internacionais no seu território ou ao apoio a autoritarismos e repressão. Verifica-se, então, que as forças internacionais parecem não tentar aproximar-se da cultura haitiana, o que dificulta sua interação com a população, bem como o engajamento e a manutenção dos

²³ Do original: “However, exploiting these possibilities will require an understanding that the aid and peacekeeping system in Haiti is not a form of apolitical humanitarianism – it is a system of governance, deeply political, that empowers some and disempowers others”. (BOLTON, 2011, p. 34).

projetos (MERRILL, 1996).

Estas contradições advindas da forma como são gerenciadas estas intervenções são exemplificadas perfeitamente no caso do terremoto²⁴ no Haiti: após o desastre, com a destruição da sua estrutura física e de recursos humanos, o Estado haitiano se viu em grandes dificuldades. Prontamente, o país passou a ser controlado por um complexo sistema de governança internacional, cujo objetivo é prover aqueles serviços que o Estado não tem condições (BOLTON, 2011). Esta estrutura, porém, possui algumas características que a tornam problemática, conforme explica Bolton (2011). Liderada por especialistas internacionais, através de doações de diversos países e controlada por sistemas contábeis internacionais, este complexo é globalizado. É também formado por um emaranhado de organizações não governamentais, instituições religiosas e empresas, cujas atividades são condicionadas à política do seu país-sede e de seus mantenedores, ou seja, dos interesses particulares de alguns países e de alguns indivíduos. Também é tecnocratizada, enfatizando as informações provenientes de dados quantitativos e digitais, em contraposição ao sistema informal haitiano. Finalmente, é também fragmentada e instável, uma vez que os funcionários internacionais não permanecem muito tempo nos seus cargos, e a liderança de certos projetos muda diversas vezes em pouco tempo, dificultando o acesso à informações e o contato com a população.

Assim, o complexo sistema de ingerência externa presente no Haiti equivale a um emaranhado de instituições, processos e sistemas internacionais que não são adequados à realidade local, nem prevêm sistemas de consulta popular ou de captação de informações junto aos próprios haitianos. Ademais, a dificuldade de acesso a informações e acesso físico aos locais onde se tomam as decisões e onde se encontram os coordenadores dos projetos também é outro fator que impede a participação da população na construção das soluções para seu próprio país.

Para mais, a degradada economia haitiana teve, conforme Carrera (2014), dois períodos principais: um período de crescimento econômico rápido capitaneado pelo desenvolvimento de indústrias de montagem e da agricultura protegida por políticas protecionistas (1970-82); e o período de contração da economia (1982-

²⁴ O abalo sísmico de 2010 foi considerado o mais forte na ilha caribenha dos últimos dois séculos, alcançando 7.0 pontos na Escala Richter (FERNANDES, 2010).

2003), consequência de diversos fatores – crise nos EUA, ciclone Alien, epidemia de febre suína e também sanções impostas pela comunidade internacional pelo golpe de Estado de 1991²⁵. Assim, a economia haitiana tem um forte componente de informalidade, chegando a 76% da economia em 2001. Por estes fatores, o Estado é uma das únicas fontes de renda para a população e o seu controle representa o controle da riqueza do país (SEITENFUS, 2014), tornando as disputas políticas tão centrais no cotidiano da nação.

Segundo Seitenfus (2014), a ajuda econômica internacional também tem um viés perverso: ela é vantajosa para os doadores. Todos os recursos repassados ao governo haitiano são utilizados para compra de produtos ou serviços dos próprios países doadores, não favorecendo o fortalecimento do Estado haitiano, cada vez menos capaz de atender às necessidades de sua população e, portanto, dando mais lucro aos contribuintes externos. Ainda que gere como efeito não esperado a migração de pessoas, a situação econômica do país gera lucros para a comunidade internacional.

Ante o exposto, nota-se que a história do Haiti é sempre condicionada pelos agentes externos, que parecem determinar permanentemente sua política, economia e sociedade conforme a conveniência dos doadores dos recursos internacionais. O país aparenta estar amarrado às correntes da intervenção externa, não possuindo capacidade de ação para desenvolver-se autonomamente. E mais: a impressão que fica é que as intervenções muitas vezes danificam mais ainda a situação interna haitiana, perpetuando sua dependência, já que não criam mecanismos de manutenção das ações de desenvolvimento que porventura sejam aplicadas com auxílio dos agentes externos.

Deste modo, impõe-se a compreensão sobre como se deu a assistência brasileira no Haiti – se foi mais um exemplo da perpetuação da dependência ou se apresentou um caráter diferente de fomento ao crescimento haitiano.

3.2 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O HAITI E SEUS EFEITOS

A presença do Estado brasileiro no Haiti é recente; porém as relações

²⁵ Golpe que retira Aristide do poder, iniciando episódios de sangrenta repressão aos seus apoiadores (JAMES, 2010). Aristide volta ao país em 1994, apoiado pelos Estados Unidos e uma coalizão da ONU e da OEA (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013).

bilaterais entre os dois países datam de 1928 quando foram abertas delegações em ambos os países (BRASIL, [2015f]). Em 2004, entretanto, o Brasil se faz presente de maneira mais contundente, com o envio de soldados para a MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti – visando auxiliar no desenrolar da crise política haitiana.

Por encontrar-se em um continente cujo contexto é de relativa paz interestatal, pela ausência de pretensões territoriais e pelas próprias características da sua população, a Política Externa Brasileira apresenta na sua matriz²⁶ uma tradição de busca de conciliação e de soluções pacíficas aos litígios internacionais: uma posição não confrontacionista (NASSER, 2012; VERENHITACH, 2008). Ao assumir a presidência do Brasil em 2002, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva dá continuidade a esse perfil conciliador da política externa brasileira, aliando a ele o fortalecimento do multilateralismo, da defesa da soberania nacional e da visão da política externa como instrumento de desenvolvimento, princípios também associados à nossa matriz de política externa (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). A tradição política brasileira pauta-se igualmente pela defesa do princípio da não-intervenção, cuja origem remonta ao período da descolonização, quando o conceito utilizado era de “autodeterminação dos povos”, justificativa para as independências das colônias europeias (SEITENFUS, 2006).

A partir do exposto cabe indagar por que, então, possuindo tradição pacífica e não interventora, o Brasil aceita a liderança das tropas da MINUSTAH no Haiti?

Ainda que a política externa do governo Lula da Silva não tenha sido de ruptura com a tradição dos governos anteriores, nota-se uma mudança de ênfase da diplomacia (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Assim, o desenvolvimento continua a ser o foco principal do seu programa de governo, sendo, contudo, enfatizados o combate à pobreza e o combate à fome na sua política doméstica, que são também

²⁶ Matriz de política externa, segundo Sennes (2003) “diz respeito aos contornos mais gerais da política externa de um país e busca determinar a forma pela qual ele concebe a dinâmica do sistema internacional; identifica as ameaças e possibilidades que esse sistema representa para seus próprios objetivos; dimensiona suas potencialidades, recursos, fraquezas e capacidade de ação internacional; projeta os objetivos e interesses dos outros agentes que atuam no sistema internacional; e planeja uma inserção nesse sistema do modo que considera o mais vantajoso possível. [...] o esforço para identificar a matriz sobre a qual se baseiam as posturas externas de um país implica traçar, de forma dedutiva, uma linha condutora e articulada entre os vários elementos que compõem a sua projeção internacional.” As capacidades tangíveis de um país (econômicas, militares e tecnológicas) e seu padrão histórico de relações externas são fatores que condicionam a matriz de política externa de um país. (SENNES, 2003, p.36)

aplicados para a política externa. Deste modo:

Embora toda política externa seja, em última análise, a tradução para a esfera internacional de um programa político específico, nesse caso o traço distintivo está em que o compromisso doméstico tem seu equivalente em um compromisso mais amplo baseado no valor da solidariedade, em benefício dos países vizinhos e de suas populações, a partir de uma perspectiva que se caracteriza como humanista.(HERMANN, 2011, p. 206).

Nota-se, assim, que o Governo Lula da Silva conseguiu desenvolver uma política de postura mais assertiva em comparação ao governo anterior frente aos desafios que o Sistema Internacional impunha ao país (HERMANN, 2011). Se anteriormente, estava clara a importância do espaço sul-americano, da cooperação Sul-Sul e do MERCOSUL, segundo Hermann (2011), a partir de 2002, porém, tais aspectos são colocados como primordiais e esforça-se por construir uma estratégia autônoma para seu desenvolvimento. Deste modo, buscam-se avanços para as iniciativas já implementadas de integração regional como o MERCOSUL e amplia-se o escopo dos projetos regionais (IIRSA²⁷, UNASUL²⁸, FOCEM²⁹). Ademais, a cooperação se dá cada vez mais em uma lógica própria de cooperação com países do sul almejando o desenvolvimento mútuo. Reconhece-se como de extrema importância e mantém-se as relações com países desenvolvidos, mas fica evidente o empenho por novos parceiros e a maior autonomia em relação aos centros de poder.

Portanto, com essa nova atitude assertiva, o governo brasileiro salienta sua preferência pelo multilateralismo que, conforme Nasser (2012), é o instrumento de projeção de poder e expressão de autonomia para o Brasil, já que pelo seu caráter de potência média não consegue impor as suas vontades no ambiente internacional. Assim, o país tenciona criar maior margem de manobra frente aos constrangimentos impostos pelos países desenvolvidos:

No discurso diplomático brasileiro, o multilateralismo é tradicionalmente visto como o canal adequado para o encaminhamento das questões globais e a arena na qual a multipolaridade é buscada de forma ativa como estrutura de poder desejável. (HERMANN, 2011, p. 218).

²⁷ IIRSA: Iniciativa para integração da infraestrutura regional sul-americana.

²⁸ UNASUL: União de Nações Sul-Americanas.

²⁹ FOCEM: Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL.

Inserese neste contexto a renovação do antigo pleito do Brasil pela democratização e ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) - órgão que determina sobre as questões de segurança internacional, mas que, por ter sido constituído com a lógica do pós Segunda Guerra, é composto por apenas cinco vagas fixas com poder de veto³⁰, não representando mais a realidade do sistema internacional atual multipolar. Apesar de os representantes brasileiros tentarem dissociar a intervenção no Haiti com a reforma do CSONU, parece ficar claro na literatura que esta oportunidade não passou despercebida pelos formuladores de política externa. A intervenção no Haiti representa uma ocasião de assumir maiores responsabilidades frente à comunidade internacional, apresentando-se como membro competente da ONU, capaz de gerenciar os negócios mundiais, exigindo a ampliação do CSONU para que os países em desenvolvimento também tenham voz na formulação de ações de segurança internacional (NASSER, 2012; MIYAMOTO, 2008; VERENHITACH, 2008).

Por um lado, as características da Política Externa durante o governo de Lula da Silva são levantadas como um forte fundamento para a atuação brasileira através de conduta diplomática vinculada essencialmente à estratégia de fomento ao desenvolvimento, com destaque para ações de cooperação sul-sul, para o crescimento de países em desenvolvimento e a premissa de atuar de forma não indiferente às crises nos países vizinhos. Souza Neto (2012) e Seitenfus (2014), apontam também a reivindicação do problema haitiano como uma questão estritamente latino-americana e, conseqüentemente, cujo desfecho deveria ser guiado pelos países da região, evitando as soluções unilaterais muitas vezes aplicadas pelos países desenvolvidos (NASSER, 2012; SOUZA NETO, 2012; VERENHITACH, 2008).

Por outro lado, muitos autores identificam a questão do pleito por um assento no CSONU como um dos fortes condicionantes da atitude brasileira em busca de projeção de poder, entendendo que o país não seria tão isento sobre a questão haitiana (NASSER, 2012; MIYAMOTO, 2008). Alguns autores entendem que a participação brasileira na missão de paz não é apenas derivada de uma atitude

³⁰ O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU) possui cinco membros permanentes e dez não permanentes, eleitos por mandatos de dois anos. Rússia, China, Inglaterra, Estados Unidos e França são os membros permanentes com poder de veto, enquanto Angola, Chade, Chile, Jordânia, Lituânia, Malásia, Nova Zelândia, Nigéria, Espanha e Venezuela são os membros não permanentes, cujos mandatos acabam em 2015 ou 2016.

nobre de solidariedade, mas que envolve planejamento e articulação estratégica, através de um cálculo de custos e benefícios, perseguindo como objetivo um lugar de maior destaque frente à comunidade internacional (MIYAMOTO, 2008; FERNANDES, 2010). Da mesma forma, Fernandes (2010) ressalta a importância destas iniciativas para o fortalecimento do sistema multilateral de segurança, enfraquecendo decisões unilaterais das grandes potências.

Por conseguinte, a decisão de integrar a missão de estabilização no país caribenho parece basear-se, de acordo com Nasser (2012, p.222), em um “casamento de conveniência” entre duas premissas básicas: no elemento moral de compromisso humanitário, mas também na premissa de pragmatismo, interesse nacional e projeção de poder na esfera internacional (NASSER, 2012). Não obstante, a atuação de forma solidária da diplomacia não invalida a defesa dos interesses nacionais, uma vez que está presente no interesse da sociedade brasileira de permanecer com um entorno regional de paz, mas, ao mesmo tempo, contribui para as aspirações de projeção de poder do Brasil na região, uma vez que eleva seu perfil internacional (HERMANN, 2011; NASSER, 2012).

Assim, a participação brasileira na missão de paz é justificada a partir da diplomacia solidária e do princípio de não indiferença (NASSER, 2012; LUCENA, 2014; SEITENFUS, 2014; VERENHITACH, 2008). Conforme esclarece Seitenfus (2006), a diplomacia solidária é concepção e aplicação de ação coletiva internacional, aprovada pelo CSONU, para intervir em um conflito interno ou internacional feita por Estados que não possuem interesse nacional vinculado à questão e que somente são movidos por um dever de consciência.

Move-nos uma solidariedade ativa: o princípio que costumo chamar de “não-indiferença”, a meu ver tão importante quanto o da “não intervenção”. De fato, do mesmo modo que não cabe interferir no direito soberano de cada povo de resolver seus próprios problemas, é preciso que países vizinhos e amigos demonstrem disposição de colaborar, sempre que chamados, sobretudo quando são evidentes os sinais de crise política e social. (AMORIM, 2005, p. 8).

Por consequência, como interpreta Hermann (2011, p. 210), “Por se voltar para as causas profundas do conflito (que no caso específico se relacionam a uma situação dramática de exclusão social e pobreza) e não apenas para suas consequências diretas [...]”, a atuação brasileira parece propor-se a ser o espelho para uma nova forma de intervenção alicerçada no desenvolvimento e na

recomposição do tecido social do país (SOUZA NETO, 2012).

Esta nova forma de intervenção proposta pelo Brasil também traz sugestões de mudanças conceituais, conforme afirma Lucena (2014). A releitura do conceito de “Responsabilidade de Proteger” (R2P) para “responsabilidade ao proteger”, proposto pelo governo brasileiro mostra a vontade brasileira de adequar a sua presença em missões de paz ao

[...] Direito Internacional Humanitário e da guerra justa, permitindo intervenções que estejam de acordo com: 'o uso limitado de força', a 'proporcionalidade', a 'prestação de contas' (accountability), a 'autoridade sob a égide do Conselho de Segurança das Nações Unidas' e o 'não causar dano ou instabilidade'. (LUCENA, 2014, p. 144).

Conquanto a estratégia brasileira aparentemente tenha empenhado-se em empregar uma nova forma de intervenção, importa lembrar que mesmo assim sua participação se baseia no “casamento de conveniência” entre a ideia de solidariedade e o pragmatismo do interesse nacional e da projeção de poder (NASSER, 2012). Assim, requer-se a análise sobre a atuação brasileira de fato para melhor compreender como o país inseriu-se no Haiti. A seguir expõe-se como se deu a presença brasileira no Haiti, uma vez que o país não enviou apenas soldados, mas também missões de cooperação técnica, colocando em prática os objetivos de desenvolvimento e cooperação sul-sul de sua política externa. Busca-se, então, entender como o país imprimiu na prática os valores que guiaram sua adesão à missão de estabilização e às demais ações de cooperação, além de discutir quais as consequências destes processos.

3.2.1 MINUSTAH

Nota-se pela conturbada história política do Haiti que a instabilidade é uma constante devido às características do seu frágil sistema político (SEITENFUS, 2014; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013). Após a eleição de Jean Bertrand Aristide em 2000, que foi de baixa participação e boicote da oposição, inicia-se um período de contestação das eleições, pois há indicativos de fraude na contagem dos votos, o que poderia prejudicar o auxílio internacional do qual depende fortemente o país, uma vez que este está alicerçado na realização de eleições democráticas (SEITENFUS, 2014; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013). Segundo Seitenfus

(2014), segue-se um período no qual a mídia internacional ocidental demoniza Aristide, apoiada pela sua oposição, que quer a todo custo forçar a renúncia do presidente. França e Estados Unidos, desconfortáveis com o fortalecimento do fluxo migratório haitiano para seus respectivos territórios, também apóiam a retirada do presidente eleito para “conter a onda de violência, a crise na ilha e o iminente derrame de sangue na capital” (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013, p. 99).

Tamanha crise tem seu desfecho em 2004, quando Aristide deixa o país, exilando-se na África do Sul. O processo que levou o presidente ao exílio é controverso, o que leva ao uso de diversas expressões para descrevê-lo: renúncia (SOUZA NETO, 2012), queda (NASSER, 2012), deposição (LUCENA, 2014) ou “[...]retirado à força [...] e obrigado a renunciar.” (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013)³¹.

Com a passagem da presidência a Boniface Alexandre, Presidente do Supremo Tribunal, o Conselho de Segurança da ONU (CSONU), que já havia dado sinais de preocupação com a questão haitiana, determina o envio da Força Multinacional Interina (MIF) em Fevereiro, conforme pedido do presidente interino ao assumir o país (SEITENFUS, 2014; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013). Já em abril do mesmo ano, aprova-se a resolução que cria a MINUSTAH e é neste contexto que o Brasil passa a fazer parte da História haitiana: convidado pela França e Estados Unidos para liderar o braço armado da MINUSTAH, o governo brasileiro rapidamente aceita e prepara o envio de soldados ao Haiti.

Conforme elucidado anteriormente, a MINUSTAH apresentaria um caráter diferenciado, pois é pensada a partir dos valores da política externa brasileira: desenvolvimento, cooperação sul-sul e foco nas causas da instabilidade político-social. Portanto,

[...] a Minustah tem sua atuação estabelecida por diretrizes em que se mesclam atividades tradicionais nas operações de paz da ONU (estabelecer um entorno seguro e estável em apoio ao governo de transição, apoiar o processo constitucional e político, apoiar as instituições de Estado e órgãos não estatais na proteção e promoção dos direitos humanos) e aspectos inovadores: 1) coordenar esforços para a promoção do desenvolvimento econômico e social, de maneira a combater a pobreza de modo sustentável; e 2) ajudar o governo provisório haitiano a traçar estratégias de longo prazo. (HERMANN, 2011, p. 207).

³¹Conforme esclarece Seitenfus (2014), a deposição de Aristide teve muitas mais nuances do que foi noticiado pela imprensa internacional e mereceria uma análise detalhada.

Desse modo, a MINUSTAH é, de acordo com Souza Neto (2012), uma missão complexa de imposição da paz, baseada no capítulo VII da Carta das Nações Unidas³², já que não há um cessar-fogo: as gangues que estavam desestabilizando o país não concordaram em um desarmamento quando a missão foi criada. Assim, seu papel envolve não só missões ofensivas de estabilização como também ações humanitárias (SOUZA NETO, 2012).

Segundo o ex-ministro das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim (2005), a operação funda-se em um tripé que mescla operações de força para imposição da paz, a intermediação do diálogo entre os grupos políticos e a capacitação institucional, social e econômica do Estado haitiano. Para alcançar estes objetivos, o Exército Brasileiro, no comando do braço armado da MINUSTAH, utilizou uma estratégia que combinou não só operações militares, mas também as chamadas Ações Cívico Sociais – operações de contato direto com a comunidade, oferecendo alguns serviços para a população haitiana (COSTA, 2015).

Assim, as ações dos soldados se dividiam em patrulhas a pé, operações de cerco e vasculhamento (em conjunto com a Polícia Nacional Haitiana, (PNH)), presença em pontos estratégicos com *check points*, patrulhas marítimas em conjunto com a guarda costeira, operações aéreas de reconhecimento e as atividades humanitárias de distribuição de água, alimentos e material escolar, atendimento médico de emergência, treinamento de grupos comunitários para emergências, implantação de Gabinete Odontológico e uma clínica médica e projetos ambientais (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009). Além destas ações de atendimento às necessidades básicas da população, muitas ações de fomento à cultura e ao lazer foram promovidas pelo braço armado da MINUSTAH, como exposições públicas de filmes, bem como ações de apoio às eleições, quando, tradicionalmente, o ambiente social fica tensionado.

Ademais, construção, reconstrução e manutenção de pontes, estradas, sistemas de drenagem e desobstrução das vias foram atribuições da Companhia de

³²O capítulo VII da Carta das Nações Unidas dispõe: “Artigo 42. No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 26).

Engenharia de Força de Paz (Cia E F Paz Haiti), obras de apoio aos contingentes da MINUSTAH, mas que também beneficiam a população haitiana, principalmente por intermédio dos “Projetos de Impacto Rápido”, com pequenas obras de interesse público e que empregam mão de obra local (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009). Conforme o Exército Brasileiro,

Enquanto responsável pela pacificação de áreas da capital Porto Príncipe, onde enfrentou ferrenha resistência de gangues armadas, o contingente brasileiro de Força de Paz também estende sua mão amiga para minorar o sofrimento dos grupos sociais carentes, aportando ajuda humanitária, na forma de alimentos doados pelo Governo brasileiro, fornecendo água potável, prestando assistência médica e odontológica, promovendo colônias de férias para as crianças de rua ou simplesmente oferecendo amizade e carinho. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009, p. 59).

Ainda, conforme Kuhn (2006) e Costa (2015), o Exército Brasileiro também fez uso de diversas estratégias de comunicação social para aproximar os soldados da população, buscando seu apoio para as ações militares e o engajamento no reestabelecimento da segurança, afinal “A adesão e credibilidade do público às ideias da operação são elementos fundamentais para a mesma se manter e conseguir realizar as atividades pretendidas.” (COSTA, 2015, p. 5-6). A comunicação serviu de meio de divulgação das atividades cívico sociais promovidas pelos militares da MINUSTAH, anunciando seus procedimentos, hora e local. Segundo Kuhn (2006), o principal objetivo do uso de comunicação persuasiva é apresentar as tropas e explicar os motivos de sua presença no Haiti. Outro fator importante é o desenvolvimento do trabalho em parceria com a ONU, seguindo a diretriz de que a segurança deveria ser um complemento às necessidades básicas da população.

Portanto, os dados parecem indicar a vontade do comando brasileiro de se colocar como uma forma diferenciada de intervenção, constituindo-se não apenas por missões militares de estabilização, mas aliando-as a iniciativas cívico sociais, que beneficiassem a população e minimizassem a visão negativa da interferência externa.

Em compensação, deve-se refletir sobre a real efetividade da missão citada, uma vez que a presença internacional da MINUSTAH no Haiti já se estende por mais de dez anos. A duração da missão já parece conter indicações de que talvez a atuação internacional não tenha conseguido lograr os objetivos aos quais se propunha. A partir daí cabe ponderar se ainda há necessidade de permanência das

tropas no país e, em seguida, até que ponto as estratégias traçadas não devem ser alteradas, passando-se a uma presença voltada principalmente a ações de cooperação para fomento e promoção do desenvolvimento, apoiando o crescimento do país e a autonomia de suas instituições.

3.2.2 Cooperação Técnica Brasil-Haiti

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a cooperação técnica entre países teve seu início após a Segunda Guerra Mundial, no âmbito da Conferência de Bretton Woods em 1944, para a reconstrução dos países atingidos pelo conflito e pela aceleração do crescimento dos países menos desenvolvidos. Inicialmente chamada de “assistência técnica”, em 1959 o conceito foi revisto pela Assembleia Geral da ONU (AGONU) transformando-se em “cooperação técnica” (ABC, [2015c]). Cooperação técnica é definida, assim, como o “instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional.” (ABC, [2015a]). A base deste tipo de troca é o auxílio para o desenvolvimento e a autonomia dos países, propondo intercâmbio de tecnologias, conhecimentos e experiências com o objetivo principal de fortalecimento institucional e desenvolvimento.

Por entender que a crise haitiana não se restringe somente ao âmbito securitário, mas também contém elementos de exclusão, pobreza e ausência de políticas públicas eficazes para combater esses fatores e gerar desenvolvimento, o governo brasileiro também implementa projetos de cooperação técnica no Haiti no âmbito da estratégia brasileira de Cooperação Técnica de Países em Desenvolvimento (CTPD) (VALLER FILHO, 2007). Capitaneada pela Agência Brasileira de Cooperação, também foi auxiliada pela criação em 2006 do Núcleo de Cooperação Técnica na Embaixada brasileira em Porto Príncipe, contratando inclusive assistentes locais que tinham maior conhecimento sobre a realidade haitiana e trânsito mais livre nos locais de execução dos projetos (VALLER FILHO, 2007). Assim, segundo o ex-Chanceler Celso Amorim,

Estamos tentando algo novo, buscando aprender lições com as intervenções anteriores, baseadas numa visão essencialmente repressiva do problema. Queremos que a ação das Nações Unidas possa efetivamente

contribuir para o progresso e a autonomia da nação haitiana. Daí a importância dos projetos de cooperação para os quais estamos contribuindo (apesar de nossos recursos financeiros e humanos limitados), como os que iniciamos, em dezembro, na área da merenda e material escolar e do cultivo da mandioca e do caju. (AMORIM, 2005, p. 8-9).

Percebe-se, pelo discurso da ABC que o recebimento e a participação brasileira em projetos de cooperação pressupõem que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do país e que fomentem sua autonomia, além de terem em vista o fortalecimento das relações com outros países em desenvolvimento, para a geração e disseminação de conhecimentos técnicos, para a capacitação de recursos humanos e consolidação de suas instituições, com o compartilhamento de políticas públicas bem-sucedidas (ABC, [2015d]). A partir destas diretrizes, o Brasil vem utilizando-se do instrumento de cooperação técnica há seis décadas, formulando inclusive o conceito de “parceria para o desenvolvimento”, evidenciando o caráter de troca e compartilhamento de esforços e benefícios entre os países (ABC, [2015d]).

O Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e Haiti foi promulgado em Novembro de 2004, e desde então cerca de 15 projetos foram implementados, sendo intensificada a participação após o episódio do terremoto de janeiro de 2010 (ABC, [2015b]). Conforme Menezes, Vasconcelos e Bregolato (2012), os projetos não consistem no compartilhamento de recursos, mas sim em trocas de apoio técnico.

Assim, de acordo com dados da ABC ([2015b]), em relação aos projetos bilaterais Brasil-Haiti, nota-se que os três existentes e em execução atualmente são nas áreas de saúde, segurança e turismo. Os projetos na área da saúde visam a diminuição da mortalidade infantil através da implementação de bancos de leite humano e reabilitação de pessoas com deficiência, fortalecendo o Ministério da Saúde e da População Haitiana e formando recursos humanos locais para melhor tratamento das pessoas nesta situação. O projeto na área de segurança, por sua vez, busca o fortalecimento da polícia rodoviária no Haiti, implementando um plano para redução de acidentes. Finalmente, o projeto na área do turismo busca fomentar este setor como fonte geradora de renda para a população, uma vez que o país, por suas características geográficas, apresenta grande potencial para esta atividade econômica, realizando a troca de experiência e conhecimento do SENAC-Brasil com o Ministério do Turismo haitiano.

Há também os projetos implementados trilateralmente, em parceria com organismos internacionais. O projeto Brasil–OIT–Haiti³³ pretende combater o envolvimento de crianças no trabalho, principalmente com a necessidade de reconstrução da infraestrutura do país, enquanto o projeto Brasil–UNFPA–Haiti³⁴ tem como objetivo a cooperação para apoio ao V recenseamento geral da população. Finalmente o projeto Brasil–PNUD–Haiti³⁵ busca o fortalecimento da Autoridade Sanitária haitiana, melhorando o sistema de saúde e a vigilância epidemiológica, extremamente importante após o surto de cólera vivido em partes do país.

Ao analisar os projetos já finalizados, percebe-se também o desenvolvimento no âmbito da agricultura, através da transferência da *expertise* brasileira em agricultura familiar e no cultivo de alguns gêneros alimentícios, uma vez que a insegurança alimentar é uma preocupação no país e seu combate está entre os principais objetivos do governo brasileiro. O Haiti importa praticamente tudo aquilo que consome e tem baixa produção de sementes; os projetos de cooperação visam, então, dar ênfase à capacidade agrícola interna, buscando melhorar as condições de alimentação da população (MENEZES; VASCONCELOS; BREGOLATO, 2012).

Um destaque é dado por Cristine Zanella (2012) sobre o Centro de Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos de Carrefour Feuilles, bairro da capital Porto Príncipe, que recebeu cooperação técnica a partir do Fundo IBAS³⁶. A iniciativa que contou com a operacionalização de um centro de reciclagem foi um dos projetos que aparentemente teve maior sucesso, já que logrou empregar mão de obra local, capacitá-la, melhorar as condições de saneamento da região e ainda fomentar uma nova forma de energia através de material reciclado, já que no Haiti a segurança energética é um tema delicado. Outros projetos como o de Oficina sobre rádios comunitárias e seu papel no auxílio à saúde pública também mostram o engajamento brasileiro em âmbito trilateral (neste caso com Cuba e Haiti) para a melhoria das condições de saúde da população (GOMES; OLIVEIRA, 2015).

Atuação essencial também teve o Brasil no apoio à realização de eleições democráticas no Haiti:

³³ Organização Internacional do Trabalho

³⁴ Fundo de Populações das Nações Unidas

³⁵ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

³⁶ Fundo do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul para o Alívio da Fome e da Pobreza

Assim, em novembro de 2006, a cooperação técnica prestada pelo Itamaraty, através da ABC, apoiaria os esforços para que fosse assegurado o calendário eleitoral haitiano e, lançando mão de recursos no valor de U\$ 1 milhão (na modalidade de compromisso voluntário), via PNUD, complementar o montante dos U\$ 16 milhões co-financiados pelos Estados Unidos, Canadá, França e Japão e necessário para a realização das eleições municipais e legislativas previstas. (VALLER FILHO, 2007, p. 205-206).

Portanto, ao que pode-se perceber, a participação brasileira em projetos de cooperação no Haiti tem objetivos bem claros: o fortalecimento institucional do Estado nas suas mais diversas formas, o fomento a atividades econômicas que diminuam a sua dependência externa (como o desenvolvimento da agricultura para a redução das importações de alimentos) e o combate ao subdesenvolvimento e à insegurança alimentar. Nota-se que saúde, segurança alimentar e segurança pública são as principais áreas de atuação do país junto ao Haiti:

Dentre os objetivos da cooperação com o Haiti destacam-se: a criação de capacitação local, que permite o efeito multiplicador na economia; o abastecimento do mercado interno; a diversificação da produção e o emprego de técnicas modernas para aumento da produtividade. (MENEZES; VASCONCELOS; BREGOLATO, 2012, p. 10).

Conforme se percebe pelas análises dos projetos de cooperação, a intenção brasileira era que, conforme a estabilização e a segurança fossem garantidas, a intervenção externa deveria ser transformada em ações mais cooperantes, que garantissem o desenvolvimento da sociedade haitiana e de sua economia, diminuindo a dependência do auxílio externo (VALLER FILHO, 2007). Apesar disso tudo, os relatos dos estudos feitos sobre a cooperação técnica no Haiti não mostram muito otimismo: diversos problemas técnicos internos e externos barraram o desenvolvimento ou levaram ao cancelamento de diversos projetos – falta de recursos financeiros e humanos, principalmente. Um exemplo destes entraves foi a construção da Hidroelétrica Artibonite 4-C, que seria uma importante contribuição para a expansão das fontes de energia elétrica no Haiti. Segundo Menezes, Vasconcelos e Bregolato (2012), o projeto ainda não teria saído do papel (foi entregue ao governo haitiano em 2010 por Celso Amorim³⁷) por falta de verba e pelo

³⁷O estudo preliminar de construção da hidrelétrica de Artibonite foi financiado pelo Brasil em 2010 ao valor de U\$2,5 milhões. Fontes: <<http://www.haitilibre.com/en/news-1308-haiti-energy-191-million-for-a-hydroelectric-project.html>>;<<http://www.haitilibre.com/en/news-13129-haiti-economy-the-dam>>

excesso de burocracia dentro do país caribenho. Conforme dados de 2015, a construção da hidrelétrica está sendo negociada com o governo e uma empresa chineses, ao custo total de U\$ 250 milhões de dólares (HAITI LIBRE, 2015).

Alguns autores enxergam com preocupação essa “latência acentuada para a prática efetiva da cooperação” (MENEZES; VASCONCELOS; BREGOLATO, 2012). Segundo estes autores, as maiores barreiras são internas, originadas na burocracia haitiana e por motivos políticos, além de fatores internos do próprio Brasil que acabam atrasando ou inviabilizando os projetos de cooperação. Outros fatores que são ressaltados a dificultar a implementação correta dos acordos são o descompasso entre o discurso oficial internacional dos países e organizações e a realidade local, além da ausência de instituições capazes de levá-los adiante no Haiti. Assim, a população, principal beneficiária dos projetos idealizados, não sente o efeito dos acordos estabelecidos e que não saem do papel.

A situação descrita parece então colocar em dúvida a real efetividade da presença externa no Haiti: o prolongamento das forças de estabilização e a inviabilização dos projetos contribuem para a continuidade da dependência e do subdesenvolvimento do país; e a impressão que fica é de que as organizações internacionais e os países que buscam contribuir ao desenvolvimento haitiano ainda não chegaram a uma fórmula para realizar tal desafio. Parece que há uma necessidade de conhecimento da realidade haitiana por parte dos elaboradores dos projetos e de um esforço do governo do país para que os entraves sejam diminuídos e a cooperação se dê efetivamente com a busca de autonomia pelo país.

4 OS EFEITOS NÃO ESPERADOS: A MIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL

Neste capítulo será abordada a migração de haitianos para o Brasil: suas motivações, desdobramentos e consequências. Inicialmente analisa-se a relação do Estado brasileiro com a mobilidade humana, enfatizando o contexto da chegada dos haitianos e seus desdobramentos. Em seguida, debate-se as motivações e condicionantes da migração haitiana ao Brasil.

4.1 O ESTADO BRASILEIRO E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

A imigração está na origem da formação do Brasil. Foi a partir de 1808, com a vinda da família real portuguesa para a colônia e a consequente abertura dos portos que as primeiras levas de imigrantes europeus oriundos do excedente populacional daquele continente chegaram ao território (MORAES, 2014). A intensificação da imigração, entretanto, só ocorreria a partir da proibição do tráfico de escravos em 1850 e, posteriormente, com a abolição da escravatura em 1888, uma vez que havia a necessidade de mão-de-obra para as fazendas de café (MORAES, 2014). Neste período, a imigração também foi utilizada para satisfazer os ideais racistas de um “branqueamento da população”, que entendia que o povo deveria miscigenar-se, constituindo um “tipo brasileiro”, conforme Moraes (2014). Como analisa a autora, a esse período, de 1888 a 1910 se denomina “grande imigração”, após o fim do regime escravocrata e a consolidação do regime republicano. Durante esta fase, os imigrantes não tinham direito à aquisição da cidadania brasileira, sendo subordinados totalmente às autoridades brasileiras.

Ao final do século XIX e início do XX, a ideia do imigrante-colono dá lugar a um imigrante que luta pelos seus direitos, principalmente associando-se às lutas de cunho trabalhista, com inspiração europeia. Associa-se ao imigrante, então, a ideia de desordem e de protesto.

O período de 1870-1930 marcou o último momento relevante de grande influxo de estrangeiros. Durante este interregno, o Brasil recebeu cerca de 3,7 milhões de pessoas, inclusive japoneses, sírio-libaneses e judeus. (MORAES, 2014).

É desse período, conforme Moraes (2014), a conversão do conceito de *imigrante* em *estrangeiro*, aquele que é estranho, uma vez que se construiu à época o nacionalismo ufanista brasileiro, em contraposição ao colonialismo e ao Império. O brasileiro se molda, deste modo, em oposição ao *estrangeiro*. Finalmente, durante o Estado Novo, iniciou-se um “projeto nacionalista”, que buscou proteger o trabalhador nacional e implementou políticas de expulsão de não nacionais cujo comportamento fosse tido como subversivo (MORAES, 2014). Neste período a assimilação foi literalmente feita à força, com a proibição do uso de idiomas que não fossem o português nas escolas, contratos, reuniões, imprensa, dentre outros.

Por conseguinte, se em um primeiro momento a imigração foi bem-vinda para preencher a falta da mão de obra com o final do regime escravocrata e satisfazer os propósitos racistas, durante os períodos republicanos, a repressão e a eleição daqueles que aqui poderiam residir se tornaram premissas. Assim, a identidade brasileira vai se formando frente a este estranhamento com aquele que vem de fora, repelindo-o e associando-o ao que se via como negativo, o que se fez presente na história de sua política migratória e que tem repercussão ainda no século XXI. Conforme Moraes (2014), se faz necessário entender a gênese do pensamento de política migratória brasileira para compreender a dinâmica da sociedade e do Estado frente à imigração. Segundo a autora, o desafio atual do Brasil é superar essa herança autoritária, e dos preconceitos advindos da visão do estrangeiro como inimigo, pois conforme afirma Silva (2013), a migração continua a ter um papel fundamental na formação socioeconômica e cultural brasileira.

Logo, a imigração de outros povos ao Brasil não é uma novidade na História do país; porém, a vinda de haitianos tem algumas particularidades que merecem atenção, principalmente quando se analisam as reações tanto do governo como da sociedade brasileira. O fluxo migratório haitiano ao Brasil começou a ser observado no início de 2010 e se viu intensificado após o terremoto de janeiro do mesmo ano, que causou enormes danos à capital do país, Porto Príncipe, centro nervoso da economia e política haitiana, além de afetar outras áreas como a ilha de Gonâives. O sismo matou milhares de pessoas, deixando muitas outras feridas, além de um grande número de deslocados internos. Conforme Carrera (2014), sucessivamente a economia haitiana sofreu um processo de inversão: se antes a maior parte dos trabalhos precários se encontrava no meio rural, com o episódio inverte-se a lógica e há uma migração interna em direção a essa região, local que havia sido menos

atingido pelo terremoto. Em contrapartida, Silva (2013) afirma que a imigração de haitianos ao Brasil faz parte de um processo mais amplo da lógica econômica capitalista mundial e do local que o Haiti ocupa dentro desta.

Como se não bastasse a destruição advinda do abalo sísmico, outros fatores também contribuíram para o agravamento da situação econômico-social no Haiti. A epidemia do cólera surge em uma região central do país, poupada pelo terremoto, mas que viria a ser arrasada pela doença, com a morte de milhares de pessoas (SEITENFUS, 2014). Conforme os dados dos epidemiologistas, o cólera foi introduzido no Haiti através dos soldados nepaleses, por falta de condições sanitárias eficientes no acampamento da MINUSTAH em Mirebalais, que acabou levando à contaminação do Rio Meye e, conseqüentemente, de grande parte da população (SEITENFUS, 2014). Somados a essas duas tragédias, os furacões Isaac e Sandy em 2012 também contribuíram para a precariedade da situação, surtindo um forte impacto sobre a já frágil agricultura haitiana (FERNANDES; CASTRO, 2014a). Assim, em 2010 estavam presentes no país com maior vigor os fatores de expulsão que contribuem para a criação de um fluxo migratório intenso (JACKSON apud FERNANDES; CASTRO, 2014a).

Em contrapartida, conforme os dados apresentados no estudo de Pimentel e Cotinguiba (2014), observa-se que o terremoto não aparece entre as principais causas da vinda dos haitianos. Claramente, o sismo foi um fator que agravou a situação socio-econômica do país, porém reduzir a imigração a apenas este motivo é ignorar todos os estudos que mostram ser a mobilidade humana um processo complexo e multifacetado.

Enquanto acontecimento, o sismo de 2010 causou danos de diversas categorias no Haiti e isso não se pode negar. Discordamos, porém, do discurso midiático que tenta justificar a imigração haitiana para o Brasil partindo da explicação única desse fenômeno. Não podemos recorrer apenas ao terremoto, essa via seria uma falácia ou um reducionismo frente a diversos fatores de ordem política, histórica, econômica e sociológica os quais aparecem ao longo do conturbado processo de independentização do Haiti e sua história de país livre. (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014, p.78).

Complementa-se que a história do Haiti com a migração é longa: conforme Metzner (2014), a mobilidade humana da sua população é alta, principalmente em direção aos países desenvolvidos da América do Norte, como Canadá e Estados Unidos ou então para as antigas capitais coloniais da Europa, como França e Grã-

Bretanha. Esta realidade é tão forte no país que existe, inclusive, um Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE), cujos dados apontam que há entre quatro a cinco milhões de haitianos espalhados por diversos países, o que representaria quase metade da população total do país, estimada em cerca de dez milhões (HANDERSON, 2015).

A escolha do Brasil como país de destino, segundo Fernandes e Castro (2014a), chama atenção por se colocar como uma nova opção para essa população que já possui uma história imigratória anterior a esses episódios. Não parece haver, contudo, um consenso na literatura sobre sua motivação, mas há que se considerar, além dos fatores de expulsão citados, a maior rigidez na legislação de países tidos como destinos comuns aos haitianos, conforme apontam Silva (2013) e Pimentel e Cotinguiba (2014), além da presença em território haitiano dos soldados brasileiros, que poderiam ter contribuído para a divulgação do país como fonte de oportunidades (METZNER, 2014; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013; SILVA, 2013). Ademais, a própria atuação do governo e da diplomacia brasileira no país podem ter suscitado a maior visibilidade do Brasil: a realização do Jogo da Paz em 2004 e uma visita do ex-Presidente Lula da Silva em 2010 (FERNANDES; CASTRO, 2014a). Nota-se que os trajetos e os modos de entrada no Brasil vão alterando-se conforme dificuldades e barreiras são encontradas, o que poderia indicar, segundo Fernandes e Castro (2014a) que essa migração não é motivada apenas pela facilidade de entrada, mas também pela intenção de estabelecer-se no país ao final do processo.

Assim, o terremoto dinamizou o que já era uma prática conhecida da sociedade haitiana, a emigração e o Brasil entrou na rota migratória por fatores diversos, como a rigidez para a entrada dessas pessoas em países como Estados Unidos, Canadá, França, além do agravamento de questões étnicas com a vizinha República Dominicana. O discurso de uma economia em alta e a possibilidade de empregos com a realização da copa do mundo de 2014, somadas à relativa facilidade de transpor a fronteira do Brasil são elementos que contribuíram para essa imigração. (PIMENTEL, COTINGUIBA, 2014, p. 80).

Como visto no Capítulo 1, os imigrantes haitianos não se enquadram no estatuto do refúgio, pois não têm bem fundado temor de perseguição. Entretanto, também não são tão somente migrantes econômicos, uma vez que a conjuntura do Haiti à época do início deste fluxo migratório era de grave falta da proteção e apoio do Estado aos seus cidadãos, além de fatores de ordem natural aos quais não se têm controle e que castigaram a região. Assim, um novo conceito parece ajudar a

caracterizar melhor esse movimento de parte da população do país caribenho ao Brasil: a migração por sobrevivência (BETTS, 2010). A migração haitiana ao Brasil a partir de 2010, por conseguinte, parece ter representado uma quebra na Política Migratória brasileira até então, levando à necessidade de repensar o acolhimento jurídico e institucional aos que aqui chegam.

No Brasil, a mobilidade humana é tratada de forma setorizada por diversos órgãos governamentais: Polícia Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores. Dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, existe o Conselho Nacional de Imigração (CNIg)³⁸ que tem como competência coordenar o trabalho destas instituições sobre a entrada de estrangeiros no país (REIS, 2011). Vinculado ao Ministério da Justiça, por sua vez, há o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)³⁹, que analisa os pedidos de refúgio e coordena a proteção às pessoas nessa situação.

A legislação brasileira para questões migratórias é composta pelo Estatuto do Refugiado, Lei 9474/1997, que regula os casos de refúgio no Brasil, e pelo Estatuto do Estrangeiro, Lei 6815/1980. Apesar de a aplicação brasileira à legislação nacional do Estatuto do Refugiado a partir da Convenção de Genebra de 1951⁴⁰ e da de Cartagena de 1984 ser considerada uma referência, o Estatuto do Estrangeiro é um instrumento retrógrado constituído durante a ditadura militar, cuja base é a Lei de Segurança Nacional (OIM, 2010; REIS, 2011; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013).

A partir da ótica daquele momento histórico, o imigrante é tratado no texto como uma ameaça em potencial, o que transparece em diversos trechos, conforme consta no Artigo 2º: “Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à **segurança nacional**, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-

³⁸ O CNIg é um colegiado integrado por Ministérios do Trabalho e Emprego; Justiça; Relações Exteriores; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ciência, Tecnologia e Inovação; Saúde; Educação; Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Turismo; pelas Centrais Sindicais: CGTB; CTB; CUT; Força Sindical e UGT; pelas Confederações de Empregadores: CNA; CNC; CNF; CNI e CNT; além da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (PORTAL BRASIL, 2015).

³⁹ O CONARE é um órgão colegiado e vinculado ao Ministério da Justiça. Dele fazem parte: Ministério da Justiça, que o preside, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Departamento da Polícia Federal, Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, com direito a voz, sem voto (BRASIL, [2015e]).

⁴⁰ O Brasil foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção de 1951 (FERNANDES; MILESI; FARIAS, 2014).

econômicos e culturais do Brasil, bem assim à **defesa do trabalhador nacional**.”; e no Artigo 3º: “A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão **sempre condicionadas aos interesses nacionais**.” (BRASIL, 1980, grifo nosso).

Esse entendimento também é visível em dispositivos como o da expulsão, que prevê seu uso nos casos de “[...] atentado à segurança nacional, a ordem pública ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular [...]” como a “vadiagem e mendicância” ou mesmo aqueles que entrarem de forma não autorizada no território:

Art. 65. É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, **atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranqüilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais**. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

Parágrafo único. É passível, também, de expulsão o estrangeiro que:

a) praticar fraude a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil;

b) havendo entrado no território nacional com infração à lei, dele não se retirar no prazo que lhe for determinado para fazê-lo, não sendo aconselhável a deportação;

c) entregar-se à vadiagem ou à mendicância; ou

d) desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro. (BRASIL, 1980, grifo nosso).

E ainda no dispositivo que proíbe os não nacionais de exercerem uma série de atividades no Brasil, como segue:

Art. 106. É vedado ao estrangeiro: (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

[...]

II - ser **proprietário de empresa jornalística** de qualquer espécie, e de empresas de televisão e de radiodifusão, sócio ou acionista de sociedade proprietária dessas empresas;

III - ser responsável, orientador intelectual ou administrativo das empresas mencionadas no item anterior;

[...]

V - ser proprietário ou explorador de aeronave brasileira, ressalvado o disposto na legislação específica;

[...]

VII - **participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada;**

[...] (BRASIL, 1980, grifo nosso).

Desta forma, fica visível a inadequação da legislação brasileira frente à recepção de pessoas que não possuem a nacionalidade do país. Ainda que se possa questionar as críticas ao Estatuto, argumentando que estas leis faziam sentido

no contexto brasileiro da época, o que se pretende aqui é ponderar porque uma lei com estes critérios e criada naquela conjuntura de repressão permanece até hoje. A legalização de um imigrante no Brasil segue, portanto, dificultada e burocratizada ao máximo, entendendo estas pessoas como uma potencial fonte de problemas, o que fica evidente quando se verifica que o primeiro órgão ao qual um migrante deve se dirigir quando chega ao Brasil é a Polícia Federal. Os instrumentos legais brasileiros parecem não combinar com a política de Direito Humanos que o país diz implementar.

É na esteira deste despreparo para a recepção de imigrantes que chegam os nacionais haitianos ao país. Os números da imigração haitiana ainda são desconhecidos, mas estima-se que atualmente seriam cerca de 35 a 40 mil residindo no país (HANDERSON, 2015). Conforme pesquisadores da área, devido à dificuldade de regularização dos imigrantes como trabalhadores no Brasil, a primeira orientação que recebiam era para que fizessem uma solicitação de refúgio, apresentada às autoridades ainda nas cidades fronteiriças (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014; FERNANDES; CASTRO, 2014a; FERNANDES; MILESI; FARIAS, 2014). Toda solicitação de refúgio feita no Brasil é analisada pelo CONARE e, conforme Fernandes e Castro (2014), permite que o solicitante possa emitir um CPF⁴¹ e uma carteira de trabalho temporários, pois possui os mesmos direitos de um refugiado, ainda que temporariamente⁴². Entretanto, como o caso dos nacionais haitianos não se enquadra no estreito conceito de bem fundado temor de perseguição, tal pedido era indeferido. Assim, o aumento das solicitações de refúgio com seu consequente indeferimento levou à permanência de diversos haitianos não autorizados no território brasileiro.

Para reverter esta situação, o CONARE remete a questão ao CNIg e em janeiro de 2012 o governo federal adota medidas de caráter emergencial: a implementação da Resolução Normativa (RN) nº 97 do CNIg (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014; FERNANDES; CASTRO, 2014a; FERNANDES; MILESI; FARIAS, 2014; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013). Esta iniciativa dá uma solução provisória à situação, criando o chamado Visto Humanitário, permitindo aos cidadãos haitianos permanecerem e trabalharem no Brasil de forma legal, mas não

⁴¹ Cadastro de Pessoa Física.

⁴² O solicitante de refúgio tem os mesmos direitos que um refugiado já reconhecido até que seu pedido seja deferido ou indeferido, o que leva cerca de 1 ano.

concedendo o status de refúgio, um visto de trabalho ou de residência. A Resolução Normativa nº 97, além de regularizar os imigrantes já presentes no Brasil, também permite a concessão desse tipo de visto pelo Consulado brasileiro em Porto Príncipe, porém restringindo sua emissão a 1.200 vistos por ano.

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010. (BRASIL, 2012, p. 1).

Esperava-se que com a Resolução houvesse uma redução na migração haitiana e contenção do tráfico de pessoas na fronteira brasileira⁴³, o que não se verificou (FERNANDES; CASTRO, 2014a; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013). Assim, a situação nas regiões fronteiriças e na embaixada em Porto Príncipe se tornaram insustentáveis mais uma vez, forçando o CNIg a buscar novas alternativas para solucionar o impasse: implementa-se, assim, a Resolução Normativa nº 102, que retira a limitação de 1200 vistos ao ano, permitindo a emissão em consulados de outros países, além do Haiti (FERNANDES; CASTRO, 2014a). Como a RN nº 97 tinha um prazo de validade, e dada a necessidade da continuidade da política do visto humanitário para beneficiar os haitianos que seguem chegando no país, esta já foi prorrogada algumas vezes, sendo a última neste ano, através da Resolução Normativa nº 117, cujo prazo é outubro de 2016.

Logo, percebe-se que, mesmo com estas medidas não são atingidos os objetivos pretendidos pelo Governo Federal de coibir o tráfico de pessoas na fronteira, conceder autorização para permanência no território nacional dos haitianos que já haviam entrado nas fronteiras e melhorar o acolhimento a esta população (FERNANDES; CASTRO, 2014a; SILVA, 2013). Conforme os autores, as medidas estimularam a migração, ampliando a atuação de coiotes na fronteira Norte, com o surgimento de novas rotas, através de outros países vizinhos da América do Sul.

⁴³ À emissão da RN97 seguiu-se episódios de forte controle na fronteira Amazônica, com detenção de imigrantes ou impedimento destes de entrar no território nacional, tornando-os criminosos ao atravessarem a fronteira, situações que em muito lembram a lógica enraizada no Estatuto do Estrangeiro de Defesa da Segurança Nacional (SILVA, 2013).

A partir desta realidade que se desenha cabe a reflexão levantada por Pimentel e Cotinguiba (2014) das causas para a atuação brasileira que, se por um lado inova ao criar um instrumento que retira essas pessoas do status de não autorizadas e concede o direito de permanecer e trabalhar no território nacional, por outro perpetua sua vulnerabilidade, permitindo sua entrada pelas fronteiras de forma ilegal:

Qual a relação entre o sofrimento dos haitianos nesse processo migratório e os aspectos jurídicos? Quando o Brasil decidiu conceder o Visto por Razões Humanitárias para os haitianos, com o argumento de que o faria com base nos problemas advindos do terremoto, abriu a possibilidade de muitos deixarem seu país com a expectativa de encontrar um Eldorado sul-americano. [...]

Fosse uma viagem direta entre o Haiti e o Brasil, uma pessoa gastaria cerca de mil e duzentos a mil e quinhentos dólares estadunidenses. Todavia, devido à limitação do número de vistos a um total de cem por mês, a alternativa de quem não consegue é buscar uma rota alternativa e esta é praticamente dominada pelo raketè [coiote], que cobra pelo percurso e, em muitos casos, é o agiota que empresta o dinheiro para quem parte. Assim, os custos duplicam ou triplicam. [...]

Aqui cabe o questionamento. Até que ponto é humanitária a postura do Estado brasileiro diante disso? Ou, numa outra perspectiva, até que ponto o Estado brasileiro é conivente com o tráfico de pessoas em relação a essa migração? Se o Brasil aceita os haitianos e para eles concede um Visto ao entrar pelos dois pontos da tríplice fronteira, por que não permite, então, que entrem diretamente pelos aeroportos? (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014, p. 82).

Segundo argumenta Silva (2013), com a extensão da Lei de Refúgio brasileira a partir da Convenção de Cartagena, os nacionais haitianos poderiam ser caracterizados a partir do conceito de “grave e generalizada violação de direitos humanos”, pois “[...] as condições no Haiti após o terremoto denegam aos haitianos diversos direitos humanos, incluindo segurança alimentar, direito à moradia, trabalho, assistência médica, educação e outros.”⁴⁴ (SILVA, 2013, p. 12). Pimentel e Cotinguiba (2014) discutem, assim, que a decisão sobre o visto humanitário ao invés do refúgio, de algum tipo de visto temporário ou permanente tem origem em motivos políticos internacionais e nacionais. Caso fosse reconhecido o status dos cidadãos haitianos como refugiados, declarar-se-ia a incompetência da missão de estabilização da qual faz parte o Brasil, que inclusive coordena seu braço armado, o que se configura a motivação de cunho internacional (PIMENTEL; COTINGUIBA,

⁴⁴ Do original: “From this viewpoint, the conditions in Haiti after the earthquake denied them several human rights, including food security, rights to housing, labour, healthcare, education and others.” (SILVA, 2013, p. 12).

2014). Seria também uma forma de afirmar que a missão falhou no seu intuito primeiro: o de reestabelecer a paz e auxiliar na reconstrução do país. Em segundo lugar, o motivo de caráter nacional é derivado da responsabilidade do Estado de garantir segurança, alimentação, abrigo e condições de vida dignas aos refugiados que se encontrem em seu território (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014). Por conseguinte, o Brasil se veria obrigado a garantir esses direitos aos milhares de imigrantes haitianos que poderiam chegar ao país.

Para Pimentel e Cotinguiba (2014), a solução encontrada pelo governo para resolver o impasse foi a elaboração do visto humanitário:

Esse visto, por sua vez, pode ser interpretado como uma mensagem aos haitianos de que “o Brasil não é responsável por vocês. Vocês são responsáveis pelos seus próprios destinos”. Dessa forma, o Estado brasileiro se livrou de ter de se responsabilizar ou explicar algumas coisas, tais como a manutenção de suas tropas em território haitiano ou a concessão de refúgio a um número grande de pessoas.(PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014, p. 83).

Em contrapartida, a iniciativa brasileira não deve ser vista somente de forma negativa, já que teve o mérito de assegurar aos imigrantes dentro do seu território nacional uma proteção mínima, condizente com os direitos humanos e é, portanto, um avanço (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014; SILVA, 2013). Esse dispositivo parece estar de acordo com o Plano Nacional de Direitos Humanos do governo, abrindo um precedente também para que pessoas de outras nacionalidades em situações similares⁴⁵ à dos haitianos possam também requisitar permanência no Brasil (SILVA, 2013). A medida pode ser um importante mecanismo para garantia de direitos e da permanência no território brasileiro, dado que atualmente a dicotomia migrante econômico/refugiado não parece mais adequar-se às dinâmicas da mobilidade humana.

Não se pode, contudo, fechar os olhos para as limitações deste instrumento jurídico ou mesmo para as limitações da política migratória brasileira na acolhida desta população em situação de mobilidade, uma vez que as condições de recepção e de legalização destas pessoas ainda seguem precárias. Abrigos

⁴⁵ Em 2013, o CONARE anunciou que cidadãos sírios que desejassem chegar até o Brasil também seriam contemplados com o visto de caráter humanitário. Ver em: < <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/sirios-terao-visto-humanitario-para-entrar-no-brasil/>>.

superlotados e com escassa e inadequada estrutura física disponibilizados por órgãos públicos ou por entidades da sociedade civil têm sido a realidade de quem chega nas cidades fronteiriças e permanece à espera de documentação para residir no Brasil. Somado a isso, o visto humanitário também é motivo de insegurança, pois tem prazo de validade, embora o governo venha renovando tal prazo constantemente.

4.2 POR QUE O BRASIL?

Apesar de todas as contradições, dificuldades e percalços pelo caminho, cidadãos haitianos continuam chegando ao território brasileiro. Mas por quê? Quais suas principais motivações? O que os leva a sair de seu país, deixar tudo para trás e vir ao Brasil? Tem o Estado Brasileiro alguma influência neste processo? Conforme apontam Pimentel e Cotinguiba (2014), não parece haver consenso na literatura sobre as razões pelas quais os haitianos vêm ao Brasil, o que torna estudos na área indispensáveis para a formulação de políticas públicas adequadas à realidade deste e dos demais migrantes de outras nacionalidades que aqui venham residir.

Apesar disto, sabe-se que o terremoto, o cólera, os furacões e as consequências socioeconômicas destes tornaram insustentável para muitos haitianos a vida no seu país. Contudo, estas condições formam apenas uma parte deste complexo processo, que se inicia com a inserção do Haiti na economia capitalista internacional (SILVA, 2013). Com o propósito de entender porque o Brasil apareceu como destino principal, compreender melhor a realidade destes imigrantes e tentar caminhar em direção a respostas às perguntas acima, realizou-se uma pesquisa de campo no presente trabalho, pois assim como afirmam Pimentel e Cotinguiba (2014) este método auxilia no aprofundamento da análise e na aproximação com o objeto de estudo:

Por meio da pesquisa de campo, de cunho participante, entramos no segundo campo antropológico antes mencionado, o teórico. Tivemos que exercitar, na prática, o conceito de alteridade, o exercício de buscarmos os recursos para enxergarmos o mundo do outro através de sua ótica para, com isso, relativizarmos suas ações. (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014, p. 75).

A pesquisa de campo de caráter qualitativo foi realizada através da técnica de

entrevistas em profundidade, individuais e em grupo, com nacionais haitianos residentes na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Inicialmente definiu-se as dimensões analíticas a serem estudadas e, em seguida, construiu-se um questionário qualitativo baseado nestas dimensões para guiar a pesquisadora durante as entrevistas. Todas as entrevistas foram realizadas face a face pela autora, e em muitos momentos os entrevistados falaram em francês para facilitar sua expressão. O questionário contava com seis perguntas principais e algumas extras para aqueles que ficassem mais à vontade e quisessem compartilhar mais informações⁴⁶. No total apenas três entrevistas (individuais) puderam ser gravadas, pois a maioria dos entrevistados não autorizaram o procedimento. A entrevista coletiva não foi gravada.

Posteriormente, a pesquisa de campo foi posta em prática em dois espaços: duas Oficinas de Integração no Bairro Rubem Berta promovidos pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE) e durante uma aula de português da ONG Resgate Popular⁴⁷. Ambos os espaços já são reconhecido pelos imigrantes como um trabalho sério, que visa acolhê-los e atender suas demandas mais urgentes e, portanto, como locais onde estão protegidos e menos vulneráveis. A partir destes contatos, foram feitas seis entrevistas individuais e uma coletiva, em um grupo de 28 pessoas, 20 delas imigrantes haitianos, sendo as 8 restantes a equipe do GAIRE. O perfil dos entrevistados é de homens adultos, cuja faixa etária é de 20 a 40 anos.

Hipóteses dos fatores que influenciam e condicionam o processo decisório que gera a migração levantadas por alguns autores foram utilizadas como base para as dimensões analíticas construídas. Silva (2013, p. 4) afirma que a busca de trabalho está na raiz desse processo e sugere que “[...] o exame de algumas questões menos óbvias envolvidas neste novo fluxo migratório podem ajudar a entender a inclusão do Brasil como mais uma opção de fluxos migratórios estabelecidos.”⁴⁸. Metzner (2014),

⁴⁶ As perguntas encontram-se no Apêndice 1.

⁴⁷ Organização Não Governamental que promove curso pré-vestibular popular e que estendeu suas atividades para o ensino de português para imigrantes haitianos e senegaleses. Para mais informações acessar: <<http://www.resgatepopular.com.br/>>.

⁴⁸ Do original: “The examination of some less obvious issues involved in this new migratory flow can help us understand the inclusion of Brazil as yet another option in a range of historically established migratory flows.” (SILVA, 2014, p.4).

Moraes, Andrade e Mattos (2013), Fernandes e Castro (2014b) e Silva (2013) são unânimes quanto à percepção de que a presença de soldados brasileiros dentre a tropa da MINUSTAH poderia ter sido um fator de criação de simpatia pelo país, já que segundo Metzner (2014) aqueles eram vistos como mais acessíveis que os outros batalhões. Adiciona-se o fato de que construtoras brasileiras presentes no Haiti geravam empregos e eram vistas como “boas empregadoras”, o que, somado a uma percepção romântica em relação à cultura brasileira, principalmente pelo futebol, criavam a fantasia de uma vida melhor no Brasil (METZNER, 2014).

A presença de Organizações Não Governamentais brasileiras e a implementação de projetos sociais e técnicos do Brasil em parceria com o Haiti também são assinalados por Moraes, Andrade e Mattos (2013) como importantes para a visibilidade do país entre os haitianos. O crescimento econômico brasileiro, as obras para a Copa de 2014 e demais grandes construções também são referidos como possíveis influências da migração (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014; FERNANDES; CASTRO, 2014b; MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013; SILVA, 2013). Silva (2013) explica que estas condições poderiam ter criado um imaginário do Brasil como um “Eldorado” ao qual se quer chegar. Levanta-se também a questão de o Brasil ser considerado um país com menos entraves para a entrada de imigrantes em comparação aos destinos usuais dos haitianos (SILVA, 2013; METZNER, 2014; PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014; FERNANDES; CASTRO, 2014b). Após o 11 de Setembro de 2001, a imigração aos Estados Unidos da América sofreu fortes restrições e os imigrantes ilegais foram mais vigorosamente controlados pelo governo (SILVA, 2013). A crise pela qual Europa e Estados Unidos passaram também poderia ter tido impacto neste processo de decisão (SILVA, 2013).

Enfim, Silva (2014), Fernandes e Castro (2014b) e Metzner (2014) salientam também a importância de informações passadas por amigos, familiares ou conhecidos que já moravam no Brasil para a decisão de emigrar do Haiti. A partir destes pressupostos, produziu-se as seis dimensões analíticas exploradas aqui, que serviram para a construção das perguntas que constam no questionário utilizado como guia para as entrevistas com imigrantes. São estas: motivação do processo migratório; o contato prévio com brasileiros (ainda no Haiti); o processo decisório e os fatores que a influenciaram; influência das redes sociais na tomada de decisão; impacto da presença do Estado brasileiro (através de projetos de cooperação brasileiros e da MINUSTAH) na decisão de migrar, e a visão do Brasil dos haitianos.

Na tabela a seguir, relacionam-se as dimensões analíticas criadas às perguntas formuladas.

Quadro 1 – Dimensões Analíticas e Perguntas

	Dimensão Analítica	Pergunta
1	Motivação do Processo Migratório.	Por que você escolheu morar no Brasil?
2	Influência das Redes Sociais.	No Haiti você já havia ouvido falar do Brasil? O quê?
3	Contato com brasileiros.	Você conheceu algum brasileiro no Haiti?
4	O processo de tomada de decisão e os fatores que o influenciaram.	Quando você decidiu vir para cá? Alguma coisa que você viu ou ouviu sobre o Brasil lhe ajudou a tomar essa decisão?
5	Impacto dos projetos brasileiros de cooperação e da MINUSTAH na decisão de migrar.	Você teve contato no Haiti com algum projeto de cooperação do governo brasileiro? Foi beneficiado ou conhece alguém que tenha sido?
6	Visão do Brasil no Haiti.	A partir do que viu e ouviu ainda no Haiti, quais suas expectativas sobre o Brasil?

Fonte: elaboração da autora, 2015.

Os resultados das entrevistas qualitativas mostraram que Silva (2014) parece ter acertado ao mencionar que não é apenas o terremoto e os desastres naturais que interferiram no processo analisado. Todos os entrevistados expressaram de diferentes modos que vieram ao Brasil com o objetivo de conquistar melhores condições de vida e ajudar a família no Haiti. Alguns mencionaram também a vontade de continuarem os estudos. Quando perguntados se já haviam ouvido falar do Brasil ainda no Haiti, todos alegaram que o futebol brasileiro é muito amado pelos haitianos. Além de ser um consenso, a questão do Brasil como país do futebol implicou uma empolgação e bom humor nas respostas, principalmente na entrevista coletiva.

Quatro dos entrevistados individuais afirmaram que já tinham parentes, amigos ou conhecidos morando e trabalhando no Brasil e que haviam recebido informações sobre o país a partir destas pessoas. Um dos entrevistados relatou que um tio e um amigo já moravam no Brasil e que haviam incentivado sua vinda, pois aqui teria trabalho para ele. Outro comentou que um amigo morava aqui e que “ele me falou do Brasil... me falou como receberam os brasileiros a ele e depois disto vim aqui” (E., 32 anos).

Pode-se depreender, portanto, a importância das redes sociais na construção desse projeto migratório, que não é feito impetuosamente, pelo contrário, faz parte de um projeto maior de vida destas pessoas. De acordo com a Teoria de Redes, estas são laços que conectam migrantes, não migrantes e ex-migrantes, através de relações de amizade e parentesco, que diminuem os riscos e custos, ampliando as possibilidades de que o processo migratório ocorra (MASSEY et al., 1993). Caracterizam-se como um instrumento importante para a organização de recursos escassos e utilização dos mesmos para facilitação da mobilidade (RIBAS MATEOS, 2004). Logo, são estas pessoas já estabelecidas no Brasil que acabam promovendo o país aos futuros migrantes, uma vez que repassam seus relatos de sucesso ao conseguirem trabalhar, estudar e obter melhores condições de vida. E também o contrário: relatam as situações de risco, as barreiras e dificuldades pelas quais passaram, preparando os conterrâneos para a viagem.

Nos relatos também é visível a falta de informação da sociedade haitiana sobre a realidade brasileira, cujos dados vêm somente a partir das narrativas da rede de contatos. É claro, portanto, que as redes são indispensáveis para que a reunião e transmissão das informações, organizando estes recursos escassos. Logo, seria importante uma conscientização maior acerca da verdadeira realidade brasileira, bem como uma noção do valor do salário mínimo e das leis trabalhistas, para que estas pessoas cheguem aqui menos vulneráveis.

Dois dos entrevistados relataram que já haviam ouvido sobre o Brasil por livros e notícias na internet. No grande grupo alguns mencionaram que na escola durante aulas de História Geral viram algo sobre o Brasil.

Em contrapartida, apenas um entrevistado reportou ter algum conhecimento sobre os projetos sociais e de cooperação técnica realizados pelo Brasil, dizendo que sabia que os soldados participavam muitas vezes destas iniciativas: “Só vi na rua os exércitos brasileiros. Só.”. E adiciona: “as pessoas do exército às vezes participam em muitas coisas educativas, muitas coisas, não têm uma coisa específica para dizer. O jogo de futebol [Jogo da Paz em 2004], às vezes em bairros perigosos tem o futebol da paz.”. Todos os outros disseram não ter informações sobre os projetos.

Estas respostas levaram ao questionamento acerca da efetividade dos projetos. Muitos deles sofreram com os entraves burocráticos e tiveram dificuldades ao serem colocados em prática. Outros beneficiam pequenas comunidades ou são

voltados para setores governamentais, o que os mantém distantes da realidade da população. Além disso, problematiza-se também o fator geográfico: muitos dos imigrantes não são de Porto Príncipe e a maioria das iniciativas se concentra nesta área, pois foi considerada a mais afetada pelas fatalidades de 2010. Esse talvez seja também um limitante à efetividade dos projetos.

Quando perguntados acerca da visão que tinham sobre o Brasil e quais eram suas expectativas em relação ao país ao saírem do Haiti, muitos não quiseram comentar. Os poucos que falaram mencionaram a vontade de uma vida melhor, de estudar e trabalhar. Um dos entrevistados relatou que, por ver nas notícias que o Brasil no Governo Lula estava em crescimento e tinha uma economia forte, decidiu que este seria um bom país para morar e retomar seus estudos: “Sim, nas notícias. Eu entendia que o Brasil é um país que está crescendo, tu vê? Que tem serviço. Que tem muitas coisas que a gente pode conseguir no Brasil. Sobre, especialmente com o Lula, o Presidente Lula que estava fazendo muitas coisas pelo Brasil e se diz que depois do Canadá na América [...] é o Brasil. E a gente diz, bom, vamos ver o que está acontecendo no Brasil.” (A., 34 anos). E ele ainda adiciona que sua visão sobre o país é de que “É um país que está crescendo, tu vê? Posso ir pra lá trabalhar e continuar meus estudos.” (A. 34 anos). Percebe-se que o Brasil é visto como fonte de oportunidades e esperança de melhores condições de vida.

Em geral, a maioria disse que a visão dos haitianos sobre o Brasil é a do país do futebol, pois, segundo eles, “todos os haitianos amam o futebol brasileiro”. Um entrevistado foi enfático “O futebol é do Brasil.” (A., 32 anos). Em todas as falas, nota-se como foi significativa a realização do Jogo da Paz em 2004 em Porto Príncipe. Todos os entrevistados mencionaram essa iniciativa brasileira, demonstrando enorme admiração pelo esporte do país. A partir disto, pode-se sublinhar o modo como o Brasil utiliza recursos como o esporte para instrumentalizar ações de soft power, uma vez que o tão mencionado Jogo da Paz parece ter sido um fator importante no processo estudado.

A realização da pesquisa de campo, importante para a aproximação da realidade do objeto de estudo do presente trabalho – a imigração haitiana, teve, porém, algumas limitações relevantes. Em primeiro lugar, por não falar francês nem crioulo, os dois idiomas oficiais do Haiti, a comunicação foi um empecilho, necessitando algumas vezes da ajuda de terceiros para tradução e interpretação dos relatos. Em segundo lugar, realizar muitas das entrevistas durante as Oficinas e a

aula de português, se por um lado trouxe o benefício de acesso facilitado ao público-alvo, por outro gerou um inconveniente pela presença de mais integrantes do GAIRE, do Resgate e do grupo de imigrantes durante o processo, o que também pode ser considerado um fator restritivo por se configurar em um ambiente não ideal. Em terceiro lugar, há uma limitação de gênero, uma vez que entre os entrevistados só havia homens, deixando de fora a realidade das migrantes mulheres e suas trajetórias, motivos e opiniões.

Finalmente, outra dificuldade encontrada foi a resistência de muitos imigrantes para responder às perguntas, ainda que tenham ocorrido em um ambiente de proteção, conforme relatado. Houve dificuldade também para a gravação das mesmas, pois a maioria dos entrevistados não autorizou o procedimento, resultando em somente três gravações. Mesmo com a troca da estratégia de abordagem para a entrevista em grupo, na qual a intenção era de facilitar o diálogo, as falas foram poucas e tímidas. A construção do vínculo é um processo longo e que exige muita dedicação. Como o público das Oficinas é inconstante (nem sempre vão as mesmas pessoas), o vínculo estabelecido ainda é tênue.

Ademais, o grande assédio da mídia, que muitas vezes aborda as questões migratórias de forma leviana e sensacionalista, o aumento dos trabalhos acadêmicos que abordam a temática da migração de haitianos ao Brasil (e incluem entrevistas que são executadas sem a devida orientação) e a desconfiança comum às pessoas em situações vulneráveis também são fatores levantados como possíveis causas para que os imigrantes não se sentissem à vontade durante a pesquisa. O desconforto visível de muitos leva a pensar como essa característica pode ser um sintoma da falta de uma política adequada de recepção dessa população migrante, através de mecanismos, inclusive de conscientização da sociedade, pelos quais eles sejam e se sintam protegidos e respeitados. É comum ouvir relatos de intolerância perpetrada por funcionários do setor público ou vindos da própria sociedade civil, o que muitas vezes leva essas pessoas a se resguardarem e conterem as suas opiniões.

Deste modo, a aproximação com os imigrantes haitianos teve a pretensão de trazer à tona maior compreensão sobre as questões suscitadas, reconhecendo que este tipo de pesquisa também reserva suas limitações e que a análise nunca será acabada, mas pode ser um bom início para a discussão acerca do tema (PIMENTEL;

COTINGUIBA, 2014).

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo entender em que medida a presença do Estado brasileiro no Haiti teve influência sobre o processo migratório haitiano ao Brasil, utilizando para tanto um estudo de caso. Esperou-se, assim, contribuir para evidenciar a importância do debate sobre mobilidade humana dentro da área de Relações Internacionais. O trabalho foi dividido em três partes, além da introdução e desta conclusão: na primeira discutiu-se a mobilidade humana internacional, buscando levantar dados que auxiliem na compreensão de sua importância para as RI; na segunda procurou-se retratar a operação do Estado brasileiro no Haiti e na terceira buscou-se refletir sobre as motivações da imigração haitiana ao país.

No Capítulo 2 contextualizou-se as migrações internacionais, primeiramente através de uma breve narrativa das principais Teorias que dão suporte para a discussão desta matéria. Enfatizou-se a Teoria de Redes a partir da perspectiva Histórico-Estrutural, na qual se baseia o presente trabalho. Ficou claro, assim, que o processo de mobilidade humana pode ser analisado a partir de inúmeros pontos de vista, inclusive mesclando diversas perspectivas, já que se constitui em um objeto de estudo complexo e multifacetado. O modelo Histórico-Estrutural e, mais especificamente a Teoria de Redes, destacaram-se como apoios mais adequados ao estudo da imigração haitiana para o Brasil, pois através da concepção de que o contexto histórico-estrutural-social importa para a compreensão integral do processo migratório, foi possível abordar com maior complexidade as motivações da mobilidade haitiana, indo além do senso comum. A partir da noção de que migração é um processo social, desenhou-se a necessidade de entendê-lo mais de perto, levando à pesquisa de campo de caráter qualitativo.

Em seguida, mostrou-se na seção 2.2 como a mobilidade humana se apresenta nas suas diversas variantes, buscando entender onde a migração haitiana se enquadra. Viu-se, então, que esta permanece em um espaço ainda meio nebuloso da mobilidade humana, uma vez que a legislação existente nos âmbitos nacional e internacional ainda é inadequada frente a realidade que se delineia. Na seção 2.3, por sua vez, buscou-se discutir como o Estado atua frente aos movimentos populacionais; qual sua capacidade de influenciar um fluxo migratório através de suas políticas internas. Constatou-se que é o Estado o principal administrador dos fluxos populacionais, já que atua no seu controle ou promoção,

conforme seus interesses nacionais. Portanto, suas políticas poderão dividir-se entre restritivas ou abertas, a depender de seu caráter mais securitário ou desenvolvimentista.

Finalmente, construiu-se um panorama da situação do Brasil frente aos movimentos populacionais internacionais: quem são os imigrantes no Brasil, qual a posição do Brasil na dinâmica mundial populacional e como a imigração haitiana se coloca neste cenário. A partir deste quadro, foi possível interpretar que o Brasil foi e continua sendo um país de migração. Imigração e emigração fazem parte da sua História e do momento contemporâneo, mas desmistifica-se a ideia de que o país esteja sendo invadido por imigrantes como algumas mídias parecem temer⁴⁹. Ao contrário, os dados mostram que é pequena a parcela de imigrantes no Brasil, ainda que os fluxos tenham aumentado nas últimas décadas. Pode-se depreender também que o país segue a tendência de inserção na dinâmica das migrações sul-sul, e que a migração haitiana não representa nenhuma discrepância em relação aos padrões brasileiros de fluxos migratórios.

O Capítulo 3, em contrapartida, foi o espaço para analisar como se configura a presença do Estado brasileiro no Haiti. Primeiro buscou-se dar uma visão geral do longo envolvimento de forças internacionais no Haiti, averiguando em que medida o país foi condicionado por estas. Pôde-se comprovar que a intervenção externa praticamente já faz parte da realidade haitiana. O país possui uma série de dificuldades econômicas, sociais e políticas que são usadas como justificativa para a ação de forças internacionais que, antes de buscarem entender a dinâmica do país, impõem seus métodos e suas próprias visões de mundo.

Em seguida, a construção da estratégia da política externa brasileira para o Haiti foi explorada, considerando-se principalmente suas motivações, os objetivos e os interesses envolvidos. Ficou clara a combinação de fatores na construção da estratégia brasileira: se por um lado o país utilizou-se da ideia de diplomacia solidária e do princípio da não indiferença para auxiliar o Haiti em sua crise política, por outro é evidente o interesse nacional presente nas entrelinhas. A aspiração a uma posição mais reconhecida internacionalmente, cujas credenciais permitissem a percepção de que o país pode assumir responsabilidades frente à comunidade

⁴⁹ Notícia veiculada pelo periódico O Globo em 01 jan.2012 "Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti". Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/acre-sofre-com-invasao-de-imigrantes-do-haiti-3549381>>.

internacional é irrefutável. A salvaguarda do multilateralismo como instrumento de segurança internacional, evitando decisões unilaterais das grandes potências também é notória. Há, visivelmente, uma aliança de conveniência entre um princípio de solidariedade e busca de desenvolvimento do Sul com uma estratégia nacional de fortalecimento do perfil internacional brasileiro.

Posteriormente aprofundou-se os dois moldes nos quais se consubstanciou a presença brasileira no Haiti: o militar, através da MINUSTAH; e o técnico-social, através das iniciativas de cooperação técnica e projetos sociais realizados. O método brasileiro de associação da cooperação técnica e ações humanitárias a ações militares possui uma lógica inegável. A preparação e organização da estratégia é, sem dúvida, exemplar. Entretanto, ao que parece, a execução não é assim tão simples: entraves burocráticos, políticos e financeiros obstam a efetiva concretização dos projetos. Em contrapartida, pelos exemplos estudados, os projetos que trabalham em conjunção com a realidade haitiana, visando o empoderamento da população, como o de Carrefour Feuilles figuram como oportunidades valiosas. Eventualmente um foco maior em projetos do mesmo modelo podem auxiliar no desenvolvimento das comunidades, multiplicando seu efeito ao longo do tempo.

Por fim, o Capítulo 4 compreendeu uma análise do real papel da atuação brasileira no Haiti para a constituição do movimento populacional em direção ao seu próprio território, associando os dados dos dois capítulos anteriores. Assim, primeiramente analisou-se o tratamento brasileiro dado às questões migratórias, a política migratória existente (ou não) no Brasil e como a migração haitiana se inseriu neste contexto. Constata-se que a migração de haitianos ao Brasil é um objeto interessante de estudo pela importância dos seus efeitos dentro do Brasil. Em razão da chegada destes imigrantes, houve a necessidade de criação de novos dispositivos legais que permitissem a permanência destas pessoas no país, suscitando debates sobre a necessidade de uma nova legislação no Brasil, baseada nos Direitos Humanos e que contemple casos similares.

Posteriormente, a última seção orientou-se para a descrição e análise dos dados coletados nas entrevistas qualitativas, conectando-os às hipóteses levantadas a partir da prévia análise da bibliografia. Assim, a pesquisa de campo trouxe resultados importantes. Confirmou-se a importância das redes sociais na totalidade do processo migratório. Ficou claro que a imigração se motiva principalmente pela

busca de melhores condições de vida, consubstanciadas em oportunidades de emprego e estudo. A influência no processo migratório da presença militar e de cooperação técnica brasileira não pode ser totalmente desvendada; no entanto, a importância dada ao futebol brasileiro parece indicar que, no mínimo uma aproximação cultural pode ter ocorrido. A admiração dos haitianos pelo Brasil pode ter sido um produto da comunicação social brasileira no país, do seu desenvolvimento econômico e elevação do perfil nacional, mas certamente o foi de forma não esperada. Contudo, é evidente a falta de informação sobre a realidade brasileira por parte da sociedade haitiana: não há divulgação de informações práticas e básicas sobre a vida no país, o que gera frustrações aos que aqui buscam seu “Eldorado”. Afora isto, o contato com a comunidade haitiana foi muito esclarecedor, possibilitando à pesquisadora uma experiência prática que corroborou a pesquisa bibliográfica.

A partir da realização deste estudo foi possível obter maior clareza na compreensão e explicação do fenômeno dos movimentos populacionais internacionais. O ato de migrar abarca uma série de variáveis desde o livre arbítrio do próprio indivíduo e seus planos de vida até os condicionantes estruturais e sociais do contexto histórico sobre o qual se fala. Através da presente pesquisa, compreendeu-se como a imigração haitiana para o Brasil se insere em um emaranhado de ações e reações que envolvem não apenas os dois países, mas também a dinâmica internacional no qual estão inseridos.

Se por um lado a vinda de imigrantes haitianos não foi promovida pelo governo brasileiro, por outro fez surgir a necessidade deste em criar novos instrumentos que viabilizassem o acolhimento desta população. A inexistência de uma política migratória brasileira condizente com a realidade atual fica clara. A migração haitiana visibiliza a fragilidade da legislação brasileira no trato da mobilidade humana, cujo principal dispositivo regulador ainda é o mesmo de um período histórico de ditadura, repressão e distanciada dos preceitos de Direitos Humanos. Conclui-se, deste modo que é urgente a reforma da legislação do país em matéria de migrações, sendo vital a discussão do novo Projeto de Lei – PL 288/2013⁵⁰, que não é o ideal, porém já representa um avanço diante das possibilidades existentes.

⁵⁰ O PL 288/2013 é de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), cujo relatório foi de autoria do senador

Importa também a reflexão sobre o papel do Brasil no Haiti. A despeito de, aparentemente, a presença brasileira configurar-se como inovadora, voltada para o fomento da autonomia e desenvolvimento do Estado haitiano, a pesquisa indicou que os fatos são mais intrincados. A revisão bibliográfica sobre a atuação do batalhão brasileiro no Haiti parece indicar que as operações militares e de ajuda humanitária são muito bem integradas e buscam contar com o apoio popular. É essa a impressão das ações de cooperação técnica: a partir dos dados avaliados, parece incrível que a situação haitiana ainda permaneça precária. Mas ao entrevistar nacionais daquele país e buscar bibliografias de pesquisadores que também buscam ouvir a população, passa-se à real dimensão do paradoxo haitiano: tantos soldados e nenhuma segurança. Resta a via da migração, agora, para o Brasil.

Desta forma, a primeira hipótese levantada nesta pesquisa – a presença brasileira no Haiti teve influência para a vinda de migrantes ao Brasil – foi confirmada. Os dados parecem indicar que, ainda que o contato com as iniciativas brasileiras não tenha influenciado diretamente os imigrantes ao tomarem a decisão de migrar, a elevação do perfil internacional e a divulgação do Brasil como um país em crescimento contribuíram para a criação de um imaginário na sociedade haitiana. Por aparecer mais na mídia, por promover ações como o Jogo da Paz ou mesmo pelas grandes obras realizadas a partir da Copa do Mundo de 2014, o país apareceu como um destino possível, uma vez que os outros caminhos, mais tradicionais, pareciam mais complicados.

Igualmente, a segunda hipótese aventada - as redes sociais exerceram papel fundamental para a escolha do Brasil como destino migratório – também foi confirmada. Através das narrativas dos próprios imigrantes nas entrevistas fica claro o quão indispensáveis são as redes sociais neste processo. A falta de informações sobre o processo migratório do Haiti ao Brasil é compensada com as notícias passadas por estas redes de pessoas. São os parentes, amigos ou conhecidos que vêm ao Brasil que promovem o país, narrando suas histórias de sucesso, de trabalho, estudo e condições mais dignas de vida. São eles também que advertem os futuros migrantes dos percalços a serem enfrentados pelo caminho, das barreiras

e das facilidades, diminuindo os riscos do processo e facilitando a vinda de muitos haitianos, servindo de referência para estas pessoas quando chegam.

Assim sendo, a presente monografia buscou contribuir para a discussão da imigração haitiana ao Brasil, levantando hipóteses acerca das suas motivações, condicionantes e influências. Pretendeu-se levar o debate às questões não óbvias envolvidas no processo migratório e cooperar para o debate sobre a efetividade da presença das forças internacionais no Haiti.

Finalmente, conclui-se que o estudo do processo migratório haitiano ao Brasil ainda precisa de maiores esclarecimentos, bem como há demanda para mais estudos de diversos processos de movimentos populacionais internacionais na área de Relações Internacionais. Para tanto sugere-se uma análise sobre os impactos da migração para o país de origem: como a evasão de seus nacionais impacta o desenvolvimento econômico, social e institucional do país. Ademais, propõe-se um estudo acerca da diplomacia das migrações: como os países trabalham as questões migratórias no âmbito internacional, de que modo utilizam-nas como recurso para influenciar decisões nos países de destino ou de emissão de população. Para mais: a monografia evidencia espaço para uma pesquisa sobre a possível crise do Estado-nação frente ao transnacionalismo que as migrações impõem – de que modo o Estado se transformará para moldar-se frente a uma realidade de fronteiras cada vez mais porosas? Do mesmo modo, indica-se a análise sobre a questão de gênero nas migrações e suas decorrências. Finalmente, sugere-se a execução de estudos sobre a importância de atores considerados não tradicionais de Relações Internacionais: importa entender o papel dos indivíduos ou grupos de indivíduos para as dinâmicas das relações entre os Estados.

REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **Política Externa do Governo Lula**: os dois primeiros anos. Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano, Rio de Janeiro, n. 4, p.1-14, 2005.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS – ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 17 out. 2015.

BETTS, A. Survival migration: a new framework. **Global governance: a review of multilateralism and international organizations**, Boulder / Colorado, v. 16, n.3, p. 361-382, 2010.

BOLTON, M. Human security after collapse: global security in post - earthquake Haiti. **LSE Global Governance**, London, research paper 01, 2011. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/32167/1/After%20State%20Collapse%20Haiti%20Glob%20Gov%20Paper%20Revisedx.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **Conceito**. [2015a]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **Haiti**. [2015b]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Haiti>>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira**. [2015c]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **O Brasil e a Cooperação Técnica Internacional**. [2015d]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/OBrasileaCooperacao>>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº117**. 24 de Outubro, 2013. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4F4D22E3014F9362E6E5389C/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA%20117.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº97**. 12 de

Janeiro, 2012. Disponível em:

<<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F05451F014F413CB5A61180/RN%2097%20-%20consolidada%20pelas%20RNs%20102%20-%20106%20-20113%20%20e%20117.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.975, de 7 de outubro de 2009**. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. **CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados**. [2015e]. Disponível em: <<http://justica.gov.br/seus-direitos/estrangeiros/refugio/conare>>. Acesso em: 31 out. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República do Haiti**. [2015f]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5221&Itemid=478&cod_pais=HTI&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório do Conselho Geral de Imigração (CGI) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg)**. 2014. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/images/Documentos/Trabalhoestrangeiro/Estatisticas/CGI-2014-FinalCompleto.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei de Migração é aprovado pela Comissão e Relações Exteriores**. 2015g. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/02/projeto-de-lei-de-migracao-e-aprovado-pela-comissao-de-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CAMPOS, M. B.; BORGES, G. M.; SILVA, L. G. C. **Estimativas de migração internacional no Brasil**: reversão do saldo migratório internacional negativo. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2012, Águas de Lindóia.

CARRERA, G. B. ¿Por qué migrar? Algunos apuntes sobre las viejas y nuevas heridas de Haiti. In: ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **La migración haitiana hacia Brasil**: características, oportunidades y desafíos. Buenos Aires: OIM, 2014. p. 33-50. (Cuadernos Migratorios, n.6).

CORRÊA, M. A. S. et al. Migração por sobrevivência: soluções brasileiras. **REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 23, n. 44, p. 221-236, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852015000100221&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 11 ago. 2015.

COSTA, A. F. O recurso da comunicação social na atuação brasileira da operação de paz MINUSTAH. In: Seminário América Latina: Cultura, História e Política, 1, 2015, Uberlândia, MG. **Anais do Seminário América Latina**, Pueblo Editora/ Nepri-UFU, 2015. Disponível em: <<http://seminarioamericalatina.com.br/wp-content/uploads/2015/07/O-recurso-da-comunica%C3%A7%C3%A3o-social-na-atua%C3%A7%C3%A3o-brasileira-da-opera%C3%A7%C3%A3o-de-paz-MINUSTAH-Annelise-Faustino-da-Costa.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Revista Verde Oliva**, Brasília, ano XXXVII, n. 202, p. 1-64, 2009.

FERNANDES, J. S. **Operação Haiti**: ação humanitária ou interesse político para o Brasil? Cenários PUC Minas – Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, p. 1-3, 2010.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. C. G. **Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral” (relatório)**. Belo Horizonte, 2014a.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. C. G. A migração haitiana para o Brasil: resultado da pesquisa no destino. In: ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos**. Buenos Aires: OIM, 2014b. p. 51-66. (Cuadernos Migratorios, n.6).

FERNANDES, D.; MILESI, R.; FARIAS, A. **Do Haiti para o Brasil**: o novo fluxo migratório. Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2011. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=214:do-haiti-para-o-brasil-o-novo-fluxo-migratorio&catid=89&Itemid=1210> Acesso em: 31 jul. 2015.

GOMES, R. M. S.; OLIVEIRA, V. C. **Cooperação internacional Brasil-Cuba-Haiti: o papel das rádios comunitárias no fortalecimento da mobilização social no âmbito de saúde pública no Haiti.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 199-208, 2015.

HAITI LIBRE. **Haiti - Economy:** The dam of Artibonite will be built by Chinese. 2015. Disponível em: <<http://www.haitilibre.com/en/news-13129-haiti-economy-the-dam-of-artibonite-will-be-built-by-chinese.html>>. Acesso em: 15 out. 2015.

HAITI LIBRE. **Haiti - Energy: 191 million for a hydroelectric project.** Disponível em: <<http://www.haitilibre.com/en/news-1308-haiti-energy-191-million-for-a-hydroelectric-project.html>>. Acesso em: 15 out. 2015.

HANDERSON, J. Diáspora. Sentidos Sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n.43, p. 51-78, 2015.

HERMANN, B. **Soberania, não intervenção e não indiferença:** reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

HOLLIFIELD, J. F. The emerging migration state. **International Migration Review**, New York, v. 38, n. 3, p. 885-912, 2004.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros.** São Paulo: Boitempo, 2010.

KUHN, A. **Guerra e persuasão:** estudo de caso da operação psicológica do exército brasileiro no Haiti. 2006. Dissertação em Comunicação Social – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LUCENA, L. L. M. O Brasil e a MINUSTAH – ou a busca de novos parâmetros para uma política externa brasileira “altiva” e “ativa” em operações de paz das Nações Unidas. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 129- 149, 2014.

MASSEY, D. et al. Theories of international migration: review and appraisal. **Population and Development Review**, New York, v.10, n.3, p.431-66, 1993.

MENEZES, W. A.; VASCONCELOS, C. C.; BREGOLATO, E. **O Brasil e a Cooperação Técnica com o Haiti.** 2012. Disponível em:<https://www.academia.edu/6457869/O_Brasil_e_a_Coopera%C3%A7%C3%A3o_T%C3%A9cnica_com_o_Haiti>. Acesso em 12 out. 2015.

MERRILL, J. Vodou and political reform in Haiti: some lessons for the international community. **The Fletcher Forum**, Medford, v. 20, n.1, p.31-52, 1996.

METZNER, T. La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. In: ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos**. Buenos Aires: OIM, 2014. p. 15-32. (Cuadernos Migratórios, n.6).

MIYAMOTO, S. A política externa brasileira e as operações de paz. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 98, p. 361-394, 2008.

MORAES, A. L. Z. A formação da política imigratória brasileira: da colonização ao Estado Novo. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, volume especial, p. 143-163, 2014.

MORAES, I. A. de; ANDRADE, C. A. A. de; MATTOS, B, R. B. A imigração de haitianos para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 4, n. 20, p. 95-114, 2013.

MOULIN, C. Eppur si muove: mobilidade humana, cidadania e globalização. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.33, n.1, p. 9-17, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292011000100001>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

NASSER, F. Pax brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da organização das Nações Unidas. In: KENKEL, K.; MORAES, R.F. (Org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, 2012, p. 213- 241.

OLIVEIRA, A. T. O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010. **Cadernos OBMIGA – Revista Migrações Internacionais**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 48-73, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ASSEMBLÉIA GERAL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. 1945. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Human Development Report**. 2014.

Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/2014-report/download>>. Acesso em: 15 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Perfil Migratório do Brasil 2009**. 2010. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/brazil_profile2009.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2015.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Glosario sobre migración**: derecho internacional sobre migración, Ginebra, n. 7, 2006.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas. **SOCIUS Working Papers – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações**, Lisboa, n.11, 2004.

PERAZA-BREEDY, J.; LUSSI, C. Encontros de diálogo bilateral Brasil-Haiti. In: ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos**. Buenos Aires: OIM, 2014. p. 107-119. (Cuadernos Migratorios, n. 6).

PEREIRA, G. **Direitos Humanos e hospitalidade**: a proteção internacional para apátridas e refugiados. São Paulo: Atlas, 2014.

PIMENTEL, M; COTINGUIBA, G. C. Wout, raketè, fwontyè, anpil mizè1: reflexões sobre os limites da alteridade em relação à imigração haitiana para o Brasil*. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 73-86, 2014.

PORTAL BRASIL. **Conselho de Imigração simplifica visto a estrangeiro com vínculo familiar**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/02/conselho-de-imigracao-simplifica-visto-a-estrangeiro-com-vinculo-familiar>>. Acesso em: 30 out. 2015.

REIS, R. A Política do Brasil para as Migrações Internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 47-69, 2011.

RIBAS MATEOS, N. M. Los modelos. In: RIBAS MATEOS, N. M. **Una invitación a la sociología de las migraciones**. Barcelona: Bellaterra, 2004, p. 73-108.

SASAKI, E.M.; ASSIS, G. de O. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP: Brasil 500 anos: mudanças e continuidades, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais....** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf>.
Acesso em: 12 abr. 2015.

SCOMAZZON, M.; GRECHI, P. **A mobilidade humana internacional**: um estudo sobre a imigração haitiana para o Brasil. 2015. Trabalho apresentado no VI Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais (EERRI), Canoas, 2015.

SEITENFUS, R. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. **Carta Internacional**, São Paulo, p. 5-12, mar. 2006. Disponível em:
<<http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/download/248/94>>.
Acesso em: 22 jul. 2015.

SEITENFUS, R. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais**. Ijuí: Unijuí, 2014.

SENNES, R. A matriz da política externa brasileira no início da década de 80. In: SENNES, R. **As mudanças da política externa brasileira na década de 1980**: uma potência média recém - industrializada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Capítulo 2, p. 35-56

SILVA, S. A. Brazil, a new Eldorado for immigrants? The case of Haitians and the Brazilian Immigration Policy. **Urbanities**, [Kent, UK] v. 3, n 2, p. 3-18, 2013.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-62.

SOUZA NETO, D. M. O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH. In: KENKEL, K.; MORAES, R. F. (Org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado**: entre a tradição e a inovação. Brasília: IPEA, 2012. p. 243-267.

UEBEL, R. R. G. **Análise do Perfil Socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do Século XXI**: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. South-South Cooperation. Disponível em:
<http://ssc.undp.org/content/dam/ssc/documents/exhibition_triangular/SSCExPoster1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs: Population Division. **International Migration 2013**: migrants by origin and destination, n. 3, 2013.

UNITED NATIONS. **MIPONUH**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/miponuh.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

VALLER FILHO, W. **O Brasil e a crise haitiana**: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

VERENHITACH, G. D. **A MINUSTAH e a Política Externa Brasileira**: motivações e consequências. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito da Integração) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

WENDEN, C. W. **El fenómeno migratorio en el siglo XXI**: migrantes, refugiados y relaciones internacionales. México: FCE, 2013.

ZANELLA, C. K. **A Cooperação Sul-Sul em ação**: análise dos Impactos Socioeconômicos e Ambientais do Centro de Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos de Carrefour-Feuilles (Porto Príncipe – Haiti). Ijuí: Unijuí, 2012.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

1. Por que você escolheu morar no Brasil?
2. No Haiti você já havia ouvido falar do Brasil? O quê?
 - a. Você já tinha parentes ou amigos morando no Brasil antes de vir para cá?
 - i. SIM: O que eles lhe falaram do Brasil?
 - ii. Você acha que isso influenciou sua decisão de vir para cá?
3. Você conheceu algum brasileiro no Haiti?
 - a. SIM: O que esta pessoa lhe falou sobre o Brasil?
 - b. Você acha que isso influenciou sua decisão de vir para cá?
4. Quando você decidiu vir morar no Brasil? Você pensou em ir a algum outro país ao invés de vir para cá?
 - a. SIM: E no final o que influenciou sua decisão de vir para cá?
 - b. Alguma coisa que você viu ou ouviu sobre o Brasil lhe ajudou a tomar essa decisão?
5. Você teve contato no Haiti com algum projeto de cooperação do governo brasileiro? Foi beneficiado ou conhece alguém que tenha sido?
 - a. SIM: Qual?
 - b. Você teve contato com soldados brasileiros?
 - i. SIM: Como foi esse contato? Eles lhe falaram algo sobre o Brasil?
 - ii. Qual sua opinião sobre a presença brasileira no Haiti?
6. A partir do que viu e ouviu ainda no Haiti, quais suas expectativas sobre o Brasil? Qual a visão dos haitianos do Brasil na sua opinião?

APÊNDICE B-QUADRO PARA ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Dimensão Analítica		QUADRO PARA ANÁLISE DE ENTREVISTAS QUANTAS 11 VA 8 COMIGRANTE HAITIANO 08						Respostas do Grupo	
		R	R	R	R	R	R		
Motivação do processo migratório	Os motivos por ter escolhido o Brasil como país de destino.	Por que você escolheu morar no Brasil?	Para trabalhar.	"para ajudar minha família"	Porque ele acha que o Brasil pode dar uma vida melhor para ele. Mas ele reforçou que cada haitiano tem uma opinião diferente. Quer estudar aqui e trazer a família.	Sempre teve vontade de morar fora e sempre achou o Brasil lindo.	Para ajudar a sua família no Haiti porque a situação tava difícil.	Porque teve uma desilusão amorosa e achava que o Brasileiro um bom país para recomendar. Precisava encontrar um país para morar... Segundo ele, o povo haitiano gosta de viajar e que o Brasil é um país acessível	Vieram trabalhar e buscar oportunidades de estudo
Influência das redes sociais	Se já havia ouvido falar do Brasil no Haiti? O que o Niu, quem falou e quais as impressões dessas pessoas. Se já tinha parentes no país, o que essas pessoas falaram? Qual a influência dessas opiniões na sua tomada de decisão?	No Haiti você já havia ouvido falar do Brasil? O quê? Quem falou sobre o Brasil? Você já tinha parentes ou amigos morando no Brasil antes de vir para cá? SIM — o que essas pessoas falaram sobre o Brasil? Você acha que isso influenciou sua decisão de vir para cá?	Sim, já tinha ouvido falar. Antes de ele vir se juntou e um amigo já morava no Brasil. Ele disse que isso influenciou ele porque os dois diziam para que ele viesse trabalhar.	Já tinha um amigo aqui no Brasil que falou que os brasileiros o receberam bem.	Ele só sabia que aquele falava português. Ninguém da família ou dos amigos morava no Brasil. Ele buscou informação na internet e entendeu sobre o Brasil. Ele achou informações que Povo Alegre era uma cidade melhor para estrangeiros. Ele já conhecia o futebol brasileiro e disse que a maioria dos haitianos quer viver no Brasil.	O Niu sobre o futebol brasileiro.	Ele tem mais duas primas morando no Brasil, uma em Belo Horizonte e uma em São Paulo. A mãe dele que insistiu que ele viesse, pois ele não queria vir.	Uma prima dele mora em Santa Catarina. Ela falou que trabalhava e gostava do Brasil. Já havia ouvido sobre o Brasil nas notícias. Que o Brasileiro um país que estava crescendo e que com o Governo Lula o Brasil estava crescendo. Que na América depois do Canadá é o Brasil ele disse que quis ver então como era o Brasil	Eles só mencionaram o futebol.
Redes sociais: Contato com brasileiros	Se teve algum contato com brasileiros no Haiti, o que falaram do país, se o que falaram teve influência sobre seu processo migratório.	Você conheceu algum brasileiro no Haiti? O que essa pessoa lhe falou sobre o Brasil? Você acha que o que ele lhe contou teve influência sobre sua decisão de vir morar aqui?	Não	Não.	Não.	Não.	Não. Ele lembra de ter visto soldados, mas nunca teve contato.	Viu na rua os soldados brasileiros, mas não teve contato com eles.	Nenhum mencionou conhecer brasileiros, mas sabiam da existência dos soldados da MINUSTAH.
O processo de tomada de decisão e os fatores que o influenciaram	Como foi o processo de tomada de decisão para migrar. Saber quando decidiu vir ao Brasil e se o que escutou sobre o país realmente influenciou na sua decisão. Havia outra opção além do Brasil? E porque a opção para o Brasil?	Quando você decidiu vir morar no Brasil? Você pensou em outros países antes do Brasil? SIM — e no final o que influenciou sua decisão de vir para cá? Alguma coisa que você escutou ou viu sobre o Brasil lhe ajudou a tomar essa decisão?	Ele está no Brasil há 1 ano e 8 meses	Está no Brasil há 3 meses. Decidiu vir pra cá em Julho. Ele disse que sempre pensou em vir pra cá e que com os problemas econômicos isso se fortaleceu. Ele não gostava de morar na República Dominicana e só pensou no Brasil para procurar uma vida melhor.	Está aqui há dois anos. Conversou com sua família e decidiu vir, mas nenhum familiar quis vir junto.	Não.	Ele está no Brasil há seis meses.		
Impacto dos projetos brasileiros de cooperação da MINUSTAH (presença efetiva do Estado Brasileiro no Haiti) na decisão de migrar	Se teve contato, foi ou conhece alguém que tenha sido beneficiado pelos projetos de cooperação técnica e social brasileiros. Se teve contato com profissionais brasileiros, se teve contato com os projetos sociais e ações humanitárias lá no Haiti. Se teve contato com as tropas brasileiras da MINUSTAH, como foi esse contato; se houve conversa com os soldados, o que falaram do Brasil; como era a interação com a população.	Você teve contato no Haiti com algum projeto de cooperação do governo brasileiro? Foi beneficiado ou conhece alguém que foi por esses projetos? Você teve contato com os soldados brasileiros? Como foi esse contato? Eles lhe falaram algo sobre o Brasil? Qual sua opinião sobre a presença brasileira no Haiti?	Não	Não.	Não.	Não.	Não.	Sabia da participação dos soldados em projetos sociais e outros projetos no Haiti. Mencionou o jogo de futebol no qual os militares auxiliaram.	
Visão do Brasil no Haiti	A partir do que viu e viu do Brasil lá no Haiti, quais eram as suas expectativas antes de vir ao país? Qual a visão do Brasil dos haitianos?	Sobre o que viu e viu do Brasil lá no Haiti, quais eram as suas expectativas antes de vir ao país? Qual a visão do Brasil dos haitianos na sua opinião?	Não quis falar	Esperava encontrar trabalho e estudar. Cada um pensa diferente, segundo ele, mas para ele os haitianos são fanáticos pelo Brasil, pelo futebol brasileiro. Ele quer estudar e trabalhar aqui e trazer a família	Ele disse que vários haitianos já foram para o Haiti porque consideram que o Brasil é pior que lá porque aqui muitos falam mal deles. Ele acha que isso vai mudar.	Não respondeu.	Conhecia o futebol e sabia que o Brasil estava crescendo. Para ele o Brasileiro um país em crescimento, bom para seguir seus estudos e morar. Ele disse que a presença dos soldados não leva à paz. Que é uma contradição ter tantos exércitos e não ter paz.	Falaram do futebol do Jogo da Paz. Que gostam muito dos brasileiros e que tinham ideia de que era um povo hospitaleiro.	